

## ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA  
Por um anno ..... 104000  
Por seis mezes ..... 56000  
Por tres mezes ..... 34000

Avulso por folha ..... 4040  
Anuncios, por linha ..... 4060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve reinter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA  
Por um anno ..... 124000  
Por seis mezes ..... 62000  
Por tres mezes ..... 38000

Communicados e correspondencias, por linha ..... 4060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA TRESOURARIA

Na conformidade do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 123, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 9 do corrente, dos vencimentos do mez de maio de 1860 das seguintes classes:

Academia de bellas artes  
Academia real das sciencias  
Archivo da torre do tombo  
Bibliotheca publica  
Estado maior de engenharia  
Dito de artilheria  
Governos de praças e fortalezas  
Arsenal do exercito  
Secretario do conselho geral de beneficencia  
Primeiro batalhão de veteranos  
Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 6 de junho de 1860.—*Joaquim José do Nascimento Lupi.*

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES  
VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL  
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS  
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1832,  
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1837,  
COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em títulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas espécies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, á um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como prohibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1740

## ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 1860

FÓROS INCORPORADOS NA FAZENDA NACIONAL

DISTRITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE VILLA FRANCA

Inventario n.º 481

27267 Fôro de quatro alqueires de trigo, 30 réis, e meia gallinha, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Francisco Pacheco, do sul com José da Camara. Emphyteuta Magdalena de Pimentel—576610.

27268 Fôro de quatro alqueires de trigo, e 35 réis, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Antonio de Macedo e outros, do sul com Anna Jacinta e outros. Emphyteuta José Joaquim de Mattos—558610.

27269 Fôro de dois alqueires de trigo, e 20 réis, imposto em meio alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Antonio de Macedo e outros, do sul com Anna Jacinta. Emphyteuta Manuel Rodrigues—278555.

27270 Fôro de quatro alqueires, duas oitavas e uma maquia de trigo, meia gallinha, e 40 réis, imposto em um alqueire de terra e uma casa, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Antonio de Macedo e outros, do sul com Anna Jacinta e outros. Emphyteuta Maria, menor, filha de José Francisco—628000.

27271 Fôro de dois alqueires e sete oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres oitavas de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com o barão de Fonte Bella, do sul com Margarida Joaquina. Emphyteuta Antonio de Sousa Pimenta—398465.

27272 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto em tres quartas de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte e sul com Sebastião José de Medeiros. Emphyteuta Sebastião de Medeiros—278455.

27273 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto em alqueire e meio de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte e sul com Sebastião José de Medeiros. Emphyteuta Antonio Bento—278455.

27274 Fôro de dois alqueires e seis oitavas de trigo, imposto em um alqueire e uma oitava de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com herdeiros de Manuel Pacheco, do sul com José de Medeiros. Emphyteuta José Pacheco Furtado—378750.

27275 Fôro de tres alqueires e tres oitavas de trigo, imposto em seis alqueires de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Antonio Moniz Furtado, do sul com João Pedro Leite. Emphyteuta, a menor Maria, representada por seu tutor Antonio de Medeiros Araujo Cró—468330.

27276 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Bento José Daniel, do sul com Antonio de Sousa Rebello. Emphyteuta João de Pimentel—348320.

27277 Fôro de tres alqueires e duas oitavas de trigo, imposto em um alqueire de terra, sita na Ponta Garça: confronta do norte com Manuel Tavares, do sul com caminho. Emphyteuta João Bernardino—448615.

27278 Fôro de tres alqueires e cinco oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres quartas de terra, nas Courelas da Praia: confronta do norte com André de Lima, do sul com Francisco Ignacio. Emphyteuta Manuel de Lima—498760.

27279 Fôro de tres alqueires e cinco oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres quartas de terra, na Praia: confronta do norte com André de

Lima, do sul com Francisco Ignacio. Emphyteuta Maria de Jesus, viúva de Pedro da Silva—498760.

27280 Fôro de tres alqueires e cinco oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres quartas de terra, na Praia: confronta do norte com André de Lima, do sul com Francisco Ignacio. Emphyteuta Duarte Correia—498760.

27281 Fôro de tres alqueires e meio de trigo, imposto em um alqueire de terra, na Praia: confronta do norte com André de Lima, do sul com Francisco Ignacio. Emphyteuta José Furtado das Alminhas—488045.

Declara-se que o laudêmio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de maio de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

Lista 1741

## ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1860

FÓROS INCORPORADOS NA FAZENDA NACIONAL

DISTRITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE VILLA FRANCA

Inventario n.º 481

27282 Fôro de tres alqueires e uma maquia de trigo, e 75 réis, imposto em alqueire e meio e trinta varas de terra, no Labagal de Villa Franca. Emphyteuta Manuel Moniz, da Ribeira das Tainhas—538835.

27283 Fôro de tres alqueires de trigo, imposto em um alqueire de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Luiza do Espirito Santo—418180.

27284 Fôro de dois alqueires de trigo, imposto

em meio alqueire e trinta e tres varas de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Antonia Joaquina—278455.

27285 Fôro de tres alqueires e cinco oitavas de trigo, imposto em um alqueire e trinta e tres varas de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Bento da Costa—498760.

27286 Fôro de quatro alqueires e tres oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres varas de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Narcizo Pacheco Chapen—608055.

27287 Fôro de tres alqueires e cinco oitavas de trigo, imposto em tres quartas de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Francisco da Costa Roias, de Villa Franca—498760.

27288 Fôro de tres alqueires de trigo, imposto em tres quartas e quarenta e tres varas de terra, sita na Ribeira das Tainhas. Emphyteuta Luiz Correia—418180.

27289 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em dois alqueires de terra, na Ponta Garça: confronta do norte com o barão de Fonte Bella, do sul com João Policarpo. Emphyteuta Duarte da Silva—348320.

27290 Fôro de dois alqueires e duas oitavas de trigo, imposto em um alqueire e tres oitavas de terra, na Ponta Garça: confronta do norte com D. Maria Julia Moreira, do sul com Genipero José de Medeiros. Emphyteuta Margarida Joaquina, viúva—308885.

27291 Fôro de um alqueire de trigo, imposto em tres oitavas de terra, na Ponta Garça: confronta do norte com herdeiros de Francisco Iaposo, do sul com Agostinho de Medeiros. Emphyteuta Antonio Paulo—138730.

Inventario n.º 474

27292 Fôro de tres alqueires e seis oitavas de

trigo, imposto em tres quartas de terra, na Ponta Garça: confronta do norte com João de Medeiros Canica, do sul com Antonio de Sousa Dourado. Emphyteuta José de Pimentel—518475.

27293 Fôro de tres alqueires de trigo, imposto em alqueire e meio de terra, sita na Praia: confronta do norte com caminho, do sul com Rosa de Jesus. Emphyteuta Francisco de Medeiros—418180.

Inventario n.º 488-A

27294 Fôro de dezoito alqueires de trigo, e duas gallinhas, imposto em oito alqueires e meio de terra, sita na Senhora da Paz: confronta do norte com Thereza de Jesus, viúva, do sul com José do Canto. Emphyteuta Vicente Furtado—2688810.

27295 Fôro de vinte e nove alqueires de trigo, imposto em quatorze alqueires de terra, sita na Senhora da Paz: confronta do norte com Antonio de Medeiros, do sul com Manuel do Amaral. Emphyteuta Manuel do Amaral, de Villa Franca—3988075.

27296 Fôro de dez alqueires e meio de trigo, imposto em cinco alqueires e uma quarta de terra, sita na Senhora da Paz, dividida em duas porções, uma de quatro alqueires, e outra de um alqueire e uma quarta. Emphyteuta Thereza de Jesus, viúva—1448130.

27297 Fôro de onze alqueires e meio de trigo, imposto em sete alqueires e meio de terra, sita na Senhora da Paz: confronta do norte com Manuel do Amaral, do sul com Thereza de Jesus. Emphyteuta João de Medeiros, de Villa Franca—1578860.

Somma R.º.... 1:4638690

Declara-se que o laudêmio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 23 de maio de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

Relação n.º 922, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

TERCEIRA REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE, EM 31 DE MAIO DE 1860.—*Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.*

Relação n.º 923, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

TERCEIRA REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE, EM 4 DE JUNHO DE 1860.—*Alexandre José da Silva e Almeida.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 22

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 1 de junho de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

DECRETO

Attendendo ao merecimento e serviços do capitão graduado em maior do regimento de cavallaria n.º 7, D. Manuel de Sousa Coutinho, ajudante de campo honorario de Sua Magestade El-Rei D. Fernando, meu muito amado e presado paiz: hei por bem determinar que o mesmo capitão graduado em maior passe a servir ás minhas ordens. O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 29 de maio de 1860.—*REI.—Visconde da Senhora da Luz.*

Por decreto de 3 do mez proximo passado: *Corpo de artilheiros auxiliares da ilha da Madeira* Demittido, o primeiro tenente Manuel Augusto de Sousa, pelo haver requerido.

Por decreto de 29 do dito mez: *Inactividade temporaria* Capitão, o capitão do regimento de infantaria n.º 7, Luiz Antonio de Abreu, a fim de esperar cabimento para reforma, por ter sido julgado incapaz de serviço activo pela junta militar de saude.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei: *Regimento de infantaria n.º 5* Capitão da 8.ª companhia, o capitão do regimento de infantaria n.º 13, Antonio Carneiro de Mello.

*Regimento de infantaria n.º 7* Capitão da 7.ª companhia, o capitão do regimento de infantaria n.º 6, José Maria de Sousa Pimentel. Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo declarados

Em sessão de 28 de abril ultimo: *Do coronel do regimento de cavallaria n.º 5, Luiz da Silva Maldonado de Eça, sessenta dias.*

Em sessão de 3 do mez proximo passado: *Do capitão do batalhão de engenheiros, Cesar de Franciosi, quarenta dias para se tratar convenientemente.*

*Do capitão do regimento de infantaria n.º 7, Antonio Augusto Leão, sessenta dias para se tratar convenientemente.*

*Do capitão do regimento de infantaria n.º 11, Antonio Francisco Ferreira de Magalhães, trinta dias para convalescer.*

*Do capitão graduado do regimento de infantaria n.º 5, Manuel Marques dos Santos, quarenta dias para continuar a tratar-se.*

*Do alferes de infantaria em disponibilidade, José Maria de Miranda, sessenta dias para se tratar.*

Em sessão de 19 do dito mez: *Do major do corpo de artilheiros auxiliares da ilha da Madeira, Jacinto Augusto Camacho, sessenta dias para Caldas da Rainha, e em seguida mais tratamento, a começar em 23 do dito mez.*

Do tenente do batalhão de caçadores n.º 6, José Henriques da Costa, vinte dias para convalescer.

Do tenente do regimento de infantaria n.º 7, Alvaro de Castro Cerveira Homem, quarenta dias para se tratar.

Do alferes do regimento de infantaria n.º 10, Libanio Northway do Valle, trinta dias para fazer uso dos banhos das Alcaçarias.

Foram confirmadas as licenças registradas que os commandantes das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 7.ª e 8.ª divisões militares, e commandante geral de engenharia, participaram ter concedido aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade das instrucções insertas na ordem do exercito n.º 20, de 18 de julho de 1857:

Do tenente do corpo de engenharia, José Maria Correia da Silva, quinze dias.

Do capitão do batalhão de caçadores n.º 8, Thomás Bernardino de Mello, vinte dias.

Do capitão graduado do batalhão de caçadores n.º 9, Antonio dos Santos Almeida Tavares, quinze dias.

Do tenente graduado do regimento de infantaria n.º 8, Bernardo Celestino da Costa Pimentel, prorrogação por trinta dias.

Do tenente quartel mestre do regimento de infantaria n.º 9, José Manuel Cambezes, oito dias.

Do cirurgião-mór do regimento de infantaria n.º 11, João Baptista Rolo, prorrogação por oito dias.

Do capitão do regimento de infantaria n.º 17, Augusto Cesar da Silva Sieuve, vinte dias.—*Visconde da Senhora da Luz.*

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, *D. Antonio José de Mello.*

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

MEDITERRANEO—ADRIATICO

LUZ FIXA NO PORTO DE BARI

Segundo o aviso do governo siciliano, consta que desde o dia 15 de dezembro de 1859, inclusive, se devia accender uma luz no pharol movel collocado na extremidade do molhe do novo porto, que está em construcção no lado do norte da cidade de Bari, provincia de Terra de Bari, na praia occidental do Adriatico.

O pharol é uma luz fixa e vermelha, collocada a 21 pés acima do nivel medio do mar; avista-se em tempo claro a 5 milhas de distancia.

O aparelho de illuminação é formado por lentos. Segundo o aviso da Sicilia, a posição actual do pharol é a 41° 6' 29" de latitude N., e 16° 52' 45" de longitude E. de Greenwich; a posição marcada no plano do porto de Bari, publicado pelo almirantado, era a 41° 8' 30" de latitude N., e 16° 54' 30" de longitude E.

O molhe prolonga-se na direcção de noroeste desde a parte mais prominentemente e deshabitada da cidade, e alcança já uma extensão de 255 jardas. A sonda marca 4 braças na extremidade do molhe, decrescendo gradualmente para o lado da praia. As obras que estão completas abrigam o porto dos fortes ventos de ENE., mas pouco o protegem dos ventos do N. e do NO.

A entrada fica a NO. do pharol. Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 2 de janeiro de 1860.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 1 de junho de 1860.—*João Palma de Faria Lacerda.*

SECÇÃO DO CONTENTOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentoso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentoso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno abaixo relacionados: hei por bem denegar provimento nos ditos recursos, a fim de que os recrutados fiquem sujeitos ao serviço do exercito, por não lhes aproveitarem a disposição do numero 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 199—recorrentes, Maria de Santo Antonio, viúva, e Maria de Jesus, por seu neto e sobrinho Manuel, filho de Ludovico de Araújo, da freguezia de Nossa Senhora da Mãe de Deus, concelho da Villa da Povoação, districto de Ponta Delgada.

Recurso n.º 203—recorrente, Maria de Jesus, por seu filho Victorino, da freguezia de Semide, concelho de Miranda do Corvo, districto de Coimbra.

Recurso n.º 207—recorrente, Luiz Marques, por seu filho Victorino, da freguezia de Semide, concelho de Miranda do Corvo, districto de Coimbra.

Recurso n.º 211—recorrente, José Venancio da Silva, por seu filho Nicolau, da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção de Colares, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 223—recorrente, Maria Soares, por seu filho José, da freguezia de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 227—recorrente, Joaquim Fernandes, por seu filho Jeronymo, da freguezia de Santa Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 232—recorrente, João de Sampaio Thomé, por seu filho Diogo, da freguezia de Santar, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 239—recorrentes, José Pereira e Custodia Maria, por seu filho Manuel, da freguezia de Valladares, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 240—recorrente, João Loureiro, por seu filho João, da freguezia de Figueiredo de Alva, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 247—recorrente, Maria de Almeida, por seu filho Antonio, da freguezia de Figueiredo de Alva, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 248—recorrente, José Rodrigues de Loureiro, por seu filho Joaquim, da freguezia de Molledo, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 252—recorrente, Antonio Ramos, por seu filho José, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 256—recorrente, Antonio Monteiro, por seu filho Antonio, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 259—recorrente, Maria Joaquina, solteira, por seu filho José, da freguezia de S. Felix, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 271—recorrente, José Mendes Guimarães, por seu filho Joaquim Mendes Guimarães, da freguezia de Cedofeita, segundo bairro, districto do Porto.

Recurso n.º 280—recorrente, Manuel Thomás, por seu filho Antonio, da freguezia de S. Miguel, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Recurso n.º 291—recorrente, Manuel dos Santos, por seu filho Manuel, da freguezia do Espinhal, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Recurso n.º 307—recorrente, Luiz Lourenço, por seu filho José, da freguezia e concelho da Louzã, districto de Coimbra.

Recurso n.º 311—recorrente, Sebastião Duarte, por seu filho Manuel, da freguezia da Terragem, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 312—recorrente, Francisco da Costa, por seu filho Alexandre, da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção de Colares, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 315—recorrente, Manuel Duarte Anastacio, por seu filho Izidoro, da freguezia de S. João das Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 316—recorrente, João Dias, por seu filho João, da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção de Colares, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 319—recorrente, Domingos João, por seu filho Domingos, da freguezia da Terragem, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 320—recorrente, Domingos Francisco, por seu filho Roque, da freguezia de Montelavar, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 324—recorrente, Francisco Lourenço, por seu neto Manuel, da freguezia de S. Pedro, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

</



reino assim o tenha entendido e faça executar. Pago das Necessidades, em 14 de maio de 1860.—REI.

Está conforme.—Antonio de Roberto.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretária do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiência publica de 31 de maio proximo findo, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 21 do dito mez do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno abaixo relacionados: hei por bem dar provimento nos mesmos recursos, a fim de que os recrutados fiquem isentos do serviço do exercito, por lhes ser applicavel a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 396—recorrente, Maria Joaquina da Costa, por seu filho Manuel, da freguezia e concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 410—recorrente, Bernardo da Cruz, por seu filho João, da freguezia e concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 416—recorrente, José, filho de Rita Gonçalves, da freguezia de Folque, concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 420—recorrentes, Manuel Francisco Manóe e sua mulher, por seu filho José, da freguezia de Martede, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 422—recorrente, José dos Santos Reis, por seu filho José, da freguezia de Cadima, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 430—recorrente, Antonio, filho de Manuel Dias, vivo, da freguezia e concelho de Arganil, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 432—recorrente, Antonio Rodrigues Frade, por seu filho Manuel, da freguezia de Santa Anna da Camara, concelho de Alemquer, distrito de Lisboa.

Recurso n.º 434—recorrente, Antonio Mendes, por seu filho Joaquim, da freguezia de Mouriz, concelho de Paredes, distrito do Porto.

Recurso n.º 436—recorrente, José Joaquim Dias, por seu filho José, da freguezia da Magdalena, concelho de Paredes, distrito do Porto.

Recurso n.º 438—recorrente, Bernardino José Ribeiro da Motta, por seu filho Francisco, da freguezia de Castellões, concelho de Paredes, distrito do Porto.

Recurso n.º 440—recorrente, Manuel da Silva Netto, por seu filho Vicente, da freguezia de Alfena, concelho de Vallongo, distrito do Porto.

Recurso n.º 443—recorrente, Joaquina Alves, por seu filho Joaquim, da freguezia de Bitaraes, concelho de Paredes, distrito do Porto.

Recurso n.º 457—recorrente, José Theodor, por seu filho Manuel, da freguezia de Maiorga, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria.

Recurso n.º 469—recorrente, Joaquina Coelho, viva de Antonio Nunes, por seu filho Bernardino, da freguezia de Famalicao, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria.

Recurso n.º 479—recorrente, Manuel Jorge, vivo, por seu filho Domingos, da freguezia de S. Domingos da Fanga da Fé, concelho de Mafra, distrito de Lisboa.

Recurso n.º 483—recorrente, Francisco José de Almeida, por seu filho Francisco, da freguezia de Azueira, concelho de Mafra, distrito de Lisboa.

Recurso n.º 497—recorrente, Antonio Rodrigues, por seu filho João, da freguezia da Vinha da Rainha, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 501—recorrente, Joaquim Pereira Rufo, por seu filho Antonio, da freguezia de Bolho, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 503—recorrente, Euzébio Antonio Duarte, por seu filho Euzébio, da freguezia de Bolho, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 447—recorrente, Maria de Jesus, por seu filho Antonio, da freguezia de Maiorga, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria; em vista da disposição do n.º 4.º do artigo 8.º da lei citada.

Recurso n.º 475—recorrente, Antonio Pereira, filho de João Pereira, da freguezia de Santa Cruz, concelho do Barreiro, distrito de Lisboa; por já ter sido escuso no anterior recrutamento.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Pago das Necessidades, em 21 de maio de 1860.—REI.

Está conforme.—Antonio de Roberto.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretária do conselho d'estado, em 1 de junho de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

#### RECTIFICAÇÕES

No *Diário de Lisboa* n.º 125 de 1 de junho de 1860, pag. 579, col. 4.ª, no decreto do conselho d'estado, onde diz—recurso n.º 242—recorrente, Anna de Almeida—deve ler-se—recurso n.º 246—recorrente, Anna de Almeida.

No *Diário de Lisboa* n.º 126 de 2 de junho de 1860, pag. 584, col. 5.ª, no decreto sobre recrutamento, na parte relativa ao recurso n.º 435, onde diz—recorrente, Joaquina Rosa—deve ler-se—recorrente, Joanna Rosa.

No mesmo *Diário*, pag. 585, col. 1.ª, lin. 51, onde diz—Joaquim Antonio, por seu filho Albino—deve ler-se—Joaquim Antonio, por seu filho Albano.

#### SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4395

RELATOR O EX.ºmº CONSELHEIRO VISCONDE DE FORNOS

Nos autos crimes vindos da relação dos Aytores recorrentes, o ministerio publico; recorrido, Antonio Soares de Medeiros; se proferiu o acórdão seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça etc.: que sendo a querrela offerecida pelo ministerio publico a fl. dada tambem contra o recorrido Antonio Soares de Medeiros, como cumpre no facto criminoso, de que se trata neste processo; isto é, por ter scientemente ministrado os meios precisos para a consumação do crime, era mister que, observando-se em tudo o que determinam os artigos 5.º e 6.º da lei de 25 de julho de 1855, se especificassem na querrela, com relação ao recorrido, os factos constitutivos de sua allegada cumplicidade; e que, outrossim, se cumprisse o que ordenam os artigos 4.º e 6.º do codigo penal, combinados com o § unico do artigo 1150.º da no-

vissima reforma judicial, para o fim de se conhecer se o réu querelado, ora recorrido, era scientemente ajudador, ou, em qualquer acto, intermediario entre o mandante e mandatario para a execução do crime: attendendo porém a que assim se não praticou, e a que, na querrela dada, apenas se fazem accusações vagas, sem especificar as rasões de sciencia da parte do querelado, em relação aos factos, que se lhe attribuem: por estes fundamentos annullam a querrela quanto ao réu recorrido, e mandam que, subsistindo o corpo de delicto, e mais actos preparatorios do processo, baixe o mesmo a primeira instancia para se proceder em conformidade da lei, dando-se logar a nova querrela, e proseguindo-se nos mais termos legais.

Lisboa, 27 de abril de 1860.—V. de Fornos—Vellez Caldeira, vencido—Cabrál—Mello e Carvalho—Ferreira—Aguiar.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 28 de maio de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

#### LYCEU NACIONAL DE LISBOA

O conselho do lyceu nacional de Lisboa manda annunciar que os requerimentos dos alumnos estranhos ao lyceu, que pretendam n'elle ser examinados no proximo mez de julho, se recebem desde já na caixa da secretaria do mesmo lyceu, provisoriamente estabelecida no edificio do largo do Pogo Novo, com entrada pela rua dos Poyaes de S. Bento n.º 7; e que para regularidade d'este serviço tem resolvido que, passado o dia 16 do corrente mez, não seja attendido requerimento algum para o indicado fim, reservando-se o conselho a apreciar a justificação de alguma causa, com que posteriormente se pretenda mostrar a impossibilidade de ter requerido por si ou por outrem no mencionado prazo.

Os examinandos, ou quem os represente, deverão n'um só requerimento declarar todos os exames que pretendem fazer na indicada epocha, ainda mesmo os que hajam de depender do exito de outros, a que tenham de ser previamente admitidos; e no dia immediato á entrada do requerimento comparecerão na dita secretaria, não só para se informarem do despacho que tiverem obtido, mas tambem para procederem aos mais actos preparatorios que a lei determina, entendendo-se terem desistido da pretensão os que assim não tiverem praticado até o dia 18 do corrente mez, passado o qual dia se tratará de organizar as pautas dos examinandos, nas quaes serão somente incluídos os que tiverem satisfeito a todas estas prescripções legais.

Todos os requerimentos serão escriptos em papel com o sello da lei, e devem conter o nome, filiação, patria, idade, e actual residencia do examinando. Secretaria do lyceu nacional de Lisboa, 1 de junho de 1860.—José Maria da Silveira Almendra, secretario.

#### PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

S. ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, comandante da divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 21 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de ração de pão para a tropa estacionada no districto d'esta divisão militar, e das forragens para os cavallos e muars do regimento de artilheria e cavallaria, desde o 1.º de julho até 30 de setembro do corrente anno, com as condições prescriptas no artigo 44.º do regulamento da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diário do Governo* de 27 do dito mez.

Quartel general da 1.ª divisão militar, em 5 de junho de 1860.—Francisco da Cunha e Menezes, major addido.

#### REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Previnem-se os srs. officiaes em commissão n'esta capital que no dia 9 do corrente mez se pagam na commissão dos fundos da dita repartição, á Estrela, as importancias de azeite e lenha fornecidas aos hospitales militares em março e abril do corrente anno.

Em 5 de junho de 1860.—Francisco de Assumpção, cirurgião em chefe do exercito.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de vinte cascos de vinho tinto e seis de vinagre, para consumo das tripulações dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de junho de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Annuncia-se para conhecimento do publico, que o vapor *Portugal*, da companhia *anglo-luso-brasileira*, sairá no dia 8 do corrente para os portos de S. Vicente de Cabo Verde, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, para onde recebe malas do correio.

As correspondencias serão franqueadas n'esta repartição até ás dez horas da manhã do referido dia.

Administração central do correio de Lisboa, em 6 de junho de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

#### CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Adelaide Maria—Director da santa casa da misericórdia, Domingos de Freitas Rego—Francisco de Paula Brito Barros—Henrique José Franco—J. L. M. Campos, João Ayres, João Diogo Bastos, José da Silva—Manuel da Costa, Manuel José de Araújo Ribeiro, Maria Aurelia Telles, Maria da Conceição Rita—Neves (tenente)—Pedro Alves Loureiro—Raymundo N. Faro—Salomão Cohen—Thereza—Veríssimo.

#### CARTA RETIDA POR FALTA DE FRANQUIA

Para New York

Alexandrina Olaria de Freitas.  
Administração central do correio de Lisboa, em 5 de junho de 1860.

#### PARTE NÃO OFFICIAL

#### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 6 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.ºmº SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 80 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Pinto Martins, de que não pôde assis-

tir á sessão de hontem por incommodo de saude.—Inteirada.

2.º Do sr. Mousinho de Albuquerque, de que o sr. conde da Torre não tem comparecido ás duas ultimas sessões, e deixará de comparecer a mais algumas por incommodo de saude.—Inteirada.

3.º Do sr. Pedro Roberto, de que o sr. Jacomé de Bruges, deputado pelo circulo de Angra, não vem tomar assento na camara n'esta occasião por estar incommodado, mas espera comparecer brevemente.—Inteirada.

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da marinha, informando sobre um requerimento do sr. Ferrer, declarando que nada correu por este ministerio relativamente ás irmãs da caridade.—Para a secretaria.

2.º Do ministerio do reino, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Eleuterio Dias, da carta regida de 9 de novembro de 1859, pela qual foi conferido o grau de cavalleiro da ordem de Christo ao cavalleiro Vitali.—Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando cento e cinquenta exemplares dos relatorios sobre o estado da administração publica nos districtos do continente e ilhas adjacentes, com referencia ao anno de 1858.—Mandam-se distribuir.

4.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos, pedidos pelo sr. D. José de Alarcão, relativos ao rendimento das barcas que navegam no Tejo entre o concelho de Almeirim e o de Santarem.—Para a secretaria.

5.º Uma representação dos administradores do seminário dos meninos desamparados, erecto na cidade do Porto, pedindo providencias para o pagamento do papel moeda.—A commissão de fazenda.

6.º Dos habitantes da freguezia de Illegares, no concelho de Freixo de Espada à Cinta, pedindo a annexação da sua freguezia ao concelho de Moncorvo.—A commissão de estatistica.

7.º Da camara municipal de Anadia, pedindo a approvação da proposta do governo para acabar com os privilegios dos vinhos do Douro.—A commissão de vinhos.

8.º Da camara municipal da Certã, pedindo que a directriz do caminho de ferro do norte siga de Thomar a Coimbra pelo Valle dos Cabacos.—Ao governo.

9.º De varios habitantes de Linhares, contra as medidas financeiras do governo.—A commissão de fazenda.

Manda-se communicar ao governo a seguinte nota de interpellação:

Dejeo interpellar o sr. ministro das obras publicas sobre dois pontos:

1.º Qual o estado das obras do Cabril, para o que foram votados no orçamento do anno passado 8:000\$000 réis.

E como esta quantia não chega para ultimar a obra, que tão necessaria é, dejeo observar a s. ex.ª a necessidade de continuar a votar mais alguma quantia no orçamento do anno presente, para o mesmo fim.

2.º Se os estudos da directriz da via ferrea do norte por Thomar, Cabacos, Ribesinho a Coimbra já estão concluídos. E se esta é a directriz definitivamente assentada e adoptada.—José da Encarnação Coelho.

O sr. *Rebello Cabral*—dejea saber se já se acham na mesa os documentos, a que muitas vezes tem alludido, respectivos á suspensão das estações do caminho de ferro; refere-se á representação da empresa do caminho, e ao officio do chefe da exploração; porque quando se verificou uma interpellação a este respeito, o sr. ministro apresentou esses documentos, e disse que os mandava para a mesa; com tudo dejeando vê-los soube que ainda ali não estavam, e sendo assim manda para a mesa um requerimento, para que elles sejam quanto antes enviados á camara.

Quando teve logar a interpellação, s. ex.ª, em virtude da resolução da camara, declarou que havia de decidir este negocio com a maior urgencia por bem do transitio dos povos; com tudo tem decorrido bastantes dias sem haver solução alguma. Além d'este inconveniente, a que se devia ter obviado, se não em todo ou menos em parte, vê-se que o transitio do caminho de ferro continua por tal forma que não offerece vantagem á viação publica, e é tambem sobre este ponto que dejea chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Faria Guimarães*—no dia 9 de abril mandou para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas sobre a continuação das obras da academia polytechnica do Porto, e como se não tenha designado dia para ella se verificar, dejea saber quando ella pôde ter logar.

O sr. *Presidente*—não é só o illustre deputado que tem a verificar a sua interpellação; ha muitos outros senhores que estão inscriptos para o mesmo fim; mas logo que os trabalhos da camara o permitam, e que os srs. ministros a quem ellas são dirigidas estejam habilitados para responder, as annunciarei para ordem do dia.

O sr. *Pinto de Magalhães*—envia para a mesa uma nota de interpellação.

O sr. *Silva Andrade*—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Mangualde, em que pede uma estrada desde a villa de Gouveia a Traz os Montes por Moimenta da Beira; havendo uma circumstancia que lhe parece muito attendivel da mesma camara offerecer donativos para a feitura da dita estrada, e que pôde ser um incentivo para que outras camaras a imitem.

O sr. *D. José de Alarcão*—manda para a mesa uma representação dos povos das villas de Salvaterra de Magos e de Muge, distrito de Santarem, os quaes, usando do direito que lhes outorga a lei fundamental do paiz, vem perante esta camara reclamar contra a lei de 24 de outubro de 1855, que conjuntamente os feriu nos interesses vitais da sua representação, commodidade e paz de familia.

A camara lhe permitirá que compra com o seu dever como representante d'aquelles povos, não só juntando a sua voz á de seus constituintes, pedindo prompto remedio aos seus soffrimentos, mas tambem fazendo ver á camara que a extincção do concelho de Salvaterra de Magos não houve rasão alguma que a podesse justificar. A villa de Salvaterra tem uma população rica, instruida na sua maior parte, muito laboriosa, e por isso todos os dias aquella terra vae em augmento, tem bellos edificios, um magnifico caes, que foi construido ha poucos annos, sobre um canal que desagua no Tejo, e por isso se torna um bello porto de embarque, que é procurado pelo commercio de grande parte das villas da provincia do Alentejo, e que tornam aquella villa tão commercial alem do seu grande movimento agricola, pois só de produção sua exporta para cima de seis mil moios de trigo, e mais generos em proporção, bem como gado bovino e suino, em que se faz alli grande commercio, e de que dá prova pelo progressivo augmento da receita nos rendimentos para o thesouro publico, o que tudo estes seus constituintes comprovam por documentos.

Além d'isto Salvaterra de Magos foi por muitos annos residencia temporaria de nossos reis, honras que muito têm sempre enobrecido aquellos povos, e fez com que sempre fossem affaves, delicados e de instrução, e por isso não lhes faltam nem faltará nunca cavalleiros para bem desempenhar os cargos municipaes, nem lhes falta os mais elementos para continuar a ser um dos bons concelhos do districto de Santarem, como sempre foi, e dos mais

pontuaes no cumprimento dos seus deveres, o que tem muita satisfação em poder certificar a esta camara, a quem não queo cançar mais por agora; aproveitando esta occasião para igualmente repetir que será incançavel até poder obter para aquellos povos a justiça que merecem.

O sr. *Eleuterio Dias*—envia para a mesa uma representação, assignada por duzentos e quinze dos principaes negociantes e lavradores da cidade de Thomar, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

O sr. *Aragão Mascarenhas*—dejea saber da commissão de legislação o destino que teve a representação que apresentou da camara municipal de S. Thiago do Cacem, pedindo providencias para evitar o corte de arvores.

Dejea tambem que a commissão do commercio e artes lhe diga alguma cousa sobre uma outra representação da mesma camara municipal, pedindo que o vapor da companhia do Algarve tocasse sempre no porto de Sines.

O sr. *Mello Soares*—por parte da commissão de legislação não pôde responder nem sobre o estado do negocio nem sobre a opinião da mesma commissão em relação á representação da camara municipal de S. Thiago do Cacem, porque a commissão não se tem reunido; mas o que pôde assegurar ao illustre deputado, como opinião sua particular, é que sustentará no seio da commissão que o requerimento na sua these é justissimo, e que a devastação dos arvores é prejudicial em si, e prejudicial pelos effeitos economicos.

O sr. *Gaspar Pereira*—por parte da commissão do commercio e artes declara, em resposta ao illustre deputado, que dejea saber o destino que teve uma representação de uma camara sobre o tocar o vapor no porto de Sines, que haverá cinco minutos que assignou o parecer da commissão, e vae dentro em pouco ser remetido para a mesa.

O sr. *Monteiro Castello Branco*—n'uma das sessões passadas pediu a palavra para mandar para a mesa uma representação da camara de Oliveira do Hospital, e quando lhe foi concedida pediu que se lhe reservasse porque dejeava apresentar a representação e aproveitar a palavra quando estivesse presente o sr. ministro das obras publicas. S. ex.ª porém não se tem dignado apparecer n'esta camara antes da ordem do dia; e como tem um grande dever a cumprir em relação áquelle municipio, resolveu remetter hoje a representação, que não quer demorar mais em seu poder.

O objecto principal de que aquella respeitavel corporação se occupa é de um ramal de estrada, que ligue as duas margens do Mondego entre a Cancellia e o concelho de Tabua. Este ramal é importantissimo porque facilita aos povos da margem esquerda o aproveitamento do porto da Foz Dão, importante por causa da via fluvial, que d'ahi conduz os productos industriaes até Coimbra e Figueira. E é ainda importante porque tambem facilita o aproveitamento da estrada de Santa Combaão até Vizeu, e d'ahi por diante.

Dejeava que o sr. ministro das obras publicas estivesse presente, porque era n'este momento que queria invocar o testemunho de s. ex.ª para a verdade do que diz. S. ex.ª conhece perfeitamente as localidades que aponta, e o ramal de que trata, e s. ex.ª mesmo não pôde desconhecer a grande necessidade que os povos das duas margens têm de que se faça o ramal de que trata. Ousa mesmo dizer que por muitas vezes s. ex.ª se terá indignado pelo estado em que está aquelle caminho, e terá dejeado que appareça um governo que mande construi-lo em forma transitavel. Hoje é o sr. Serpa ministro das obras publicas, portanto espera que s. ex.ª ha de ver gostosamente o pedido que a esta camara faz o municipio de Oliveira do Hospital.

É tempo de começarmos a olhar pela provincia da Beira Alta, que só tem sido conhecida para os tributos, e não para os melhoramentos, sendo alem de tudo aquella provincia uma das que podia enriquecer mais o paiz, se fosse bem explorada, e se tivesse uma viação completa, como tem direito a exigir dos poderes publicos.

O ramal da Raiva que vem no mappa das estradas do contrato Langlois não pôde substituir vantajosamente o ramal de que está fallando, porque o da Raiva liga immediatamente com a estrada geral da Ponte da Murella, e só aproveita para a via fluvial do Mondego; o ramal de que falla, não só aproveita em relação a Vizeu e ao Porto, mas particularmente ás povoações da margem esquerda do Mondego mais proximas ao mesmo, e que ficam mais afastadas da estrada central da Ponte da Murella. E por este motivo ainda que na direcção do ramal se separe da opinião do seu illustre collega o sr. deputado pelo circulo de Tabua, emittida na sessão de 9 de abril findo. Entende que este ramal deve seguir por Midões até entroncar na estrada da Ponte da Murella no concelho de Cêa, porque por esta forma vão sempre aproveitando as povoações mais proximas á margem esquerda.

A camara, que tem a honra de representar, dá tambem um voto de louvor ao seu illustre amigo e collega sr. Aristides, pelo requerimento que fez na sessão a que já alludiu, e muito se satisfaz ter occasião de manifestar este valioso testemunho que s. ex.ª por certo deve ter em grande conta.

N'esta representação faz a camara um outro pedido em relação ao ramal da Raiva; mas como este ramal está comprehendido no mappa das estradas contractadas com Langlois, por isso se abstem de fazer reflexões sobre este ponto.

Conclue mandando para a mesa a representação; e pedindo ao sr. presidente, que lhe dê o destino devido, pede tambem á illustre commissão, á camara e ao governo que a tomem, e as suas reflexões, na consideração que merecerem.

O sr. *Pinhoeiro Osorio*—envia para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Lamego, pedindo autorisação para poderem ser tributados os generos que se carregarem e descarregarem na margem direita do Douro.

O sr. *Avila*—manda para a mesa uma representação de alguns habitantes das freguezias de Belem, Ajuda e Alcantara, contra as medidas financeiras apresentadas pelo sr. ministro da fazenda.

O sr. *Afonseca*—tinha pedido a palavra quando fallou o sr. Freitas Branco acerca do que havia tido logar entre o sr. Gonçalves de Freitas e a sua pessoa, relativamente a objectos que interessam o seu districto.

Que confessou ingenuamente o ressentimento de que se apoderou o seu espirito ouvindo-se taxar de inexacto apreciador de factos de todos conhecidos n'aquelle districto.

Que acredita que o sr. Gonçalves, ou o sr. deputado pelo circulo da Ponta do Sol, não o taxou de inexacto intencionalmente, e nem mesmo o sr. Freitas Branco, deputado por Santa Cruz, acredita isto, porque outra conducta não se pôde conceber e nem esperar de cavalleiros que se presão de o ser.

Aquelles srs. deputados attribuem-lhe ambos (repete-o, sem intenção de o offender) expressões, e opiniões, que elle não soultou nem emittiu.

Fallando sobre a necessidade absoluta de um lazareto n'aquelle districto, lazareto que se devia fazer á custa dos maiores sacrificios, fallou em algumas despesas que convinha ou cecear, ou abolir completamente, applicando este fundo ao lazareto que tão importante e tão urgente era ali. Entre essas despesas mencionou a casa de recreio que nos subúrbios do Funchal se construa para o bispo da

diocese, note-se bem «a casa de recreio» e de nenhum modo paço episcopal. As notas tachygraphicas ali estão para constatar o que então disse. O sr. deputado dalla Ponta do Sol respondendo-lhe disse: que era necessario fazer reparos no paço episcopal, e que a primeira autoridade ecclesiastica devia apresentar-se com decencia e com prestigio.

Já se vê d'aqui que se transtornaram completamente as suas expressões, porque não soultou uma unica palavra acerca do palacio episcopal, fallou de uma quinta ou casa de recreio, em que já se haviam gasto 6:000\$000 réis, e que com 3:000\$000 réis mais talvez não se acabasse.

Confessa que, ao ouvir este completo transtorno das suas palavras, se ressentiu, e talvez contestasse com algum calor.

Hoje que o negocio se passou, e que pelos requerimentos que mandou para a mesa, pedindo esclarecimentos pelas obras publicas, espera comprovar exuberantemente o que teve a honra de dizer á camara, não pretende seguir este incidente, e appella unicamente para os documentos que pediu, e queão de esclarecer um ponto sobre o qual se lançaram duvidas, acredita na melhor fé, e só com o fim de chegar á verdade.

O sr. *Alves Martins*—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

DO PROJECTO DE LEI N.º 45, SOBRE A CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

O sr. *Presidente*—hontem resolveu a camara que se discutissem conjuntamente os artigos 3.º, 4.º e 5.º, e as tabellas A e B; porém tendo no fim da sessão o sr. Nogueira Soares mandado para a mesa uma proposta, para que as emendas, substituições e additamentos offerecidos ás tabellas sejam remetidos todos á commissão para serem considerados



diferença entre os 6 por cento que o pescador já pagou, e o valor a maior que o pescador deve pagar.

Tem anunciado varias interpellações na camara para ver se consegue acabar com este abuso, mas por ora não o tem podido obter. Propõe portanto a extincção d'esta disposição da tabella em beneficio de uma industria tão importante e que occupa tantos braços.

Manda portanto para a mesa a seguinte proposta:

#### TABELLA A

Leite (o que tem animaes, sem emprego para a agricultura, e unicamente para venda de) etc.

Sumagre (fabrica de) cada mó ou galga. 1.5000

#### PARTE 1.ª

##### 5.ª CLASSE

Exportador de frutos que não sejam de sua produção, etc.

##### 7.ª CLASSE

Vassouras (fabricante com estabelecimento ou mercador) etc.

##### 8.ª CLASSE

Poeiro (empresario habitual de construção e limpeza de poços) etc.

#### PARTE 2.ª

Estrumes (mercador para tornar a vender) etc.

Salga de carnes (estabelecimento de) etc. = Bivar.

É admitida para ir a comissão.

O sr. Claudio José Nunes (sobre a ordem):— depois de ler uma proposta, acrescenta que a manda para a mesa, porque entende que as disposições que se lêem na tabella B, reformada pela illustre comissão de fazenda, são altamente vexatorias para os povos que tem a honra de representar no parlamento, e para os de algumas freguezias do concelho dos Olivares.

Estranha que as freguezias de Alcantara, Belem, Ajuda, Bemfica, Lumiar, etc., se queira attribuir a categoria de terras de 2.ª ordem, tirando-as do lugar que ellas devem occupar na classificação que lhes marca o numero de seus habitantes.

Não vê para esta excepção nenhum motivo plausível. Obrigar o operario, o fabricante, o industrial ou o commerciante de qualquer d'aquellas localidades a pagar um tributo superior ao lançado aos individuos de classes identicas em cidades populosas, como Braga, Coimbra, Vizeu, é uma injustiça que não espera ver reduzida a lei do estado. O imposto para ser justo, em relação aos collectados, e útil para o fisco, deve estar em harmonia com os lucros que lhe servem de base, e ninguém desconhece que os proventos das industrias estão na razão directa do consumo dos artigos que ellas produzem outro-ram. Ora, como o consumo é sempre regulado pelo numero dos consumidores, deve sair d'este numero, para os fins da lei que se discute, o indicador da importancia das terras, e não do simples arbitrio de cavalheiros, que muito respeita, e que não podem cerrar os olhos á evidencia dos algarismos. Ainda que a illustre comissão reduza a um só corpo de população os habitantes do concelho de Belem ou dos Olivares, comprehendidos na nota da tabella B, achará um algarismo de alguns milhares, muito inferior ao minimo de 50.000 almas, que compete á ordem 2.ª

A proximidade da capital talvez seja dada como a razão principal d'esta pouca agradável excepção. Este motivo é contraproducente. Como aquellas localidades se acham ás portas de Lisboa, por isso mesmo quem n'ellas habita vem buscar á capital os mais importantes artigos do seu consumo, pedindo apenas á industria e ao commercio local o fornecimento dos objectos de inferior qualidade. As classes mais pobres da população, officias de officios mechanicos, moleiros, operarios de fabricas, vem diariamente, em grande parte, trabalhar á cidade, onde comem, onde se calçam, onde se vestem; as classes abastadas ainda fazem com mais frequencia variadas importações. Não falla da população transitória que durante o verão se aglomera nas freguezias rurais, ou durante a estação dos banhos nas margens do Tejo, porque essa abastecese exclusivamente nos mercados da capital. Resulta d'estes factos que o commercio e a industria não tem elementos taes de prosperidade n'aquelles sitios, que auctorisem a illustre comissão a exprimir com tanta severidade as algebras dos contribuintes, cujos interesses se acham em risco.

Adverte que, no que respeita ás grandes industrias, não deve a comissão receiar, para o fisco, os effectos da proposta eliminatória.

Todas ellas são do numero d'aquellas em que não incluem a ordem das terras. As fabricas de fição e tecidos, as de velas de stearina, as estamparias, estão fóra da acção do imposto differencial, e já excessivamente tributadas na tabella A d'esta lei.

Lembra que, além do que fica dito, convém saber-se que o concelho de Belem, não contando com as quantias que entram nos cofres do estado, verga debaixo do peso de perto de 35.000\$000 réis de impostos municipaes, sendo já hoje a somma total dos tributos que elle paga pouco em harmonia com as forças da materia tributavel. Aggravar este estado, além do augmento do imposto, com uma arbitraria classificação é votar a grandes trabalhos, se não á miseria, um grande numero de familias, e difficultrar a vida ao grande numero de officias militares, de empregados publicos e municipaes, de servidores do estado, a quem já hoje o fisco siza com mão larga os seus tenues vencimentos; é cometer uma grande injustiça que não ha de redundar em beneficio do thesouro.

Não faz da sua moção de ordem uma questão de campanario. Pede justiça unicamente para os seus constituintes, para todos elles, sem distinguir entre os que o honraram ou não com a sua confiança perante a urna eleitoral.

Julga finalmente que ha de ter um valente auxiliar, a bem da causa que defende, na pessoa do sr. ministro da fazenda, cujos electores estão comprehendidos na odiosa excepção que elle, orador, está combatendo, e pede a s. ex.ª que advogue junto da illustre comissão os interesses das freguezias a que tem alludido, e que d'ella alcance favoravel despacho para o requerimento que submete á illustrada apreciação da camara.

Lêem-se na mesa as seguintes propostas:

1.ª Propoção que a taxa imposta aos emprezarios de banhos do mar, em barracas volantes, seja de 2\$000 réis. = Claudio José Nunes.

2.ª Propoção a eliminação do § 2.º da 1.ª nota que acompanha a tabella B. = Claudio José Nunes = A. J. Braamcamp.

São admitidas e enviadas á comissão.

O sr. Gaspar Pereira (sobre a ordem):—tencionava fazer algumas reflexões que lhe parece que tem intima ligação com a moção de ordem que vae apresentar, mas ha de abster-se quanto for possível para não parecer que quer tirar a palavra áquelles que a têm sobre a materia.

A sua moção de ordem tem por fim diferentes emendas a alguns dos indicadores da tabella A.

Não vem agora a proposito fazer algumas considerações sobre o que se tem dito n'este lugar em relação á protecção concedida ás nossas industrias; reserva-se para occasião mais oportuna e tem muitas reflexões a fazer sobre semelhante assumpto, que considera importante. Também é d'aquelles que entendem que as pautas devem ser reformadas, mas entendem que essa reforma deve ser feita em harmonia com todas as industrias e interesses, regulando e harmonizando os interesses do productor com os do consumidor.

Manda a seguinte proposta para a mesa, declarando que está prompto a ir á comissão car todos os esclarecimentos que forem necessários sobre o assumpto.

#### CARDAÇÃO

Cada carda cylindrica movida por vapor,

agua ou cavaladura. . . . . 1\$000

Cada carda cylindrica movida á mão. . . . . \$400

#### FIAÇÃO

Cada dez fusos movidos por agua, vapor ou cavaladuras, quer seja para trama, urdidura ou para torcer. . . . . \$100

Cada dez fusos movidos á mão. . . . . \$10

#### TECIDOS

Cada tear mechanico movido a vapor, agua ou cavaladura, sendo circular. . . . . \$800

Sendo commum. . . . . \$300

Sendo á mão. . . . . \$100

#### TINTURARIA

Tendo até seis dornas. . . . . 3\$000

Cada dorna mais. . . . . \$500

Gaspar Pereira.

É admitida para ir á comissão.

O sr. Visconde de Portocarrero:—que tendo pedido a palavra sobre a ordem para mandar para a mesa uma proposta para a alteração das tabellas na sentença da mesma proposta, se limitaria a poucas palavras. A proposta é a seguinte:

«Além das alterações já propostas pelos diferentes srs. deputados, proponho que as companhias de exportação de fructa nas ilhas, que são associações de proprietarios e lavradores para vender melhor os seus generos no mercado estrangeiro, e que já pagam pela industria agricola, sejam isentas do imposto.»

Tinha-se inscripto para fallar sobre o artigo 2.º, mas fechou-se hontem a discussão sem lhe chegar a palavra, o que senti, não porque presumisse vencer os que defendem o parecer, mas queria que ficassem consignados os fundamentos do seu voto contra o mesmo parecer.

O pensamento de fazer contribuir para as despesas publicas, além da industria agricola (que se acha muito onerada), também as outras industrias é justo, approva em these este pensamento, e approva também alguma da doutrina do parecer da illustre comissão; não pôde porém approvar a sua applicação no modo por que o fez no projecto; as taxas que propoz são muito elevadas, demasiadamente fiscaes, de difficil cobrança, e hão de ferir muitas industrias, e paralisar o trabalho, origem de todas ellas.

A comissão não teve bases seguras para estabelecer estas taxas; assim como na contribuição predial faltando o cadastro, e supprindo-se este pelo escrivão de fazenda sem recurso senão para elle mesmo, se estabeleceu o arbitrio, assim também n'este projecto de contribuição industrial não houve base alguma para regular as taxas sobre cada profissão, e sobre cada industria. A prova mais evidente de que a comissão não teve base certa e segura para apresentar as taxas, e as tabellas, é a confissão do governo e da comissão de que está prompta a examinar todas as propostas que apresentarem os srs. deputados para alteração das mesmas taxas. Não é assim, que se lançam impostos apresentando ao parlamento um projecto d'estes que affecta tantos individuos, este projecto é um edificio sem alicerces. Entende pois que o sistema de taxas mais moderadas, e exclusão d'ellas sobre algumas profissões, e algumas industrias, produziria para o governo melhor effecto, pagar-se-hia o imposto sem tanta repugnancia, e não anniquillaria muitas industrias.

Quanto á sua proposta julga que ella deve merecer a approvação da comissão, porque está no espirito do n.º 6.º do artigo 2.º, que exceptua da contribuição os cultivadores ou exploradores de quaisquer predios rusticos ou urbanos, com relação aos seus respectivos lucros, sujeitos á contribuição predial. Mas como o artigo não falla nas associações d'estes mesmos individuos em companhias para exportar os seus generos, e os vender em mais proveito seu, entende que pela sua proposta se aclarar o pensamento da comissão que os exclue, porque já contribuiriam pelos generos da sua cultura, e não devem pagar duas vezes.

É preciso que o governo attenda ás necessidades e interesses dos povos das ilhas, e não sirvam só para pagar impostos, e que o mesmo governo trate de evitar a emigração. Este projecto, se as taxas se não reduzirem, será um poderoso meio para agravar esse mal. É de necessidade a construção de portos nas ilhas de S. Miguel, Fayal e Terceira, cumprindo-se a promessa sagrada do Imperador no decreto de 17 de maio de 1832, que para esse fim applicou os bens dos conventos suppridos nos Açores; mas têm sido ali vendidos bens nacionaes no valor de mais de 1.000.000\$000 réis, e nem um real se tem applicado para esse grande melhoramento.

Os portos são para as ilhas os seus caminhos de ferro.

Por esta occasião pede á illustre comissão de fazenda, queira dar com brevidade o seu parecer sobre o projecto do porto artificial de S. Miguel, e ao sr. ministro da fazenda e ao governo que attenda aos interesses mais vitais d'aquellas valiosas provincias.

Pede desculpa á camara se por alguns momentos se desviou da moção de ordem, mas acaba já, para não tirar a palavra aos srs. deputados, que se acham inscriptos sobre a ordem, reservando-se para apresentar um artigo adicional ao projecto que se discute.

A proposta é admitida para ir á comissão.

O sr. Pinto Martins (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:

#### TABELLA A

Propoção o seguinte additamento:

Tecidos de algodão, linho, lã ou seda (fabrica de) passados cinco annos, desde o começo da fabricação.

Cada tear mechanico movido a vapor, agua ou cavaladura. . . . . 1\$500

Cada tear á mão. . . . . \$800

Durante os cinco annos desde o começo da fabricação a metade das taxas. = M. Pinto Martins = Rebello da Silva.

É fundamenta na consideração de que nos primeiros cinco annos os proventos que os donos das fabricas tiram não são tamanhos como depois, porque se pôde dizer que é uma industria incipiente, e não devem ser tratadas com o mesmo rigor e severidade com as que fabricas que estejam no maior aperiçoamento e desenvolvimento.

Desseja ouvir a opinião do illustre ministro da fazenda; mas, não sabendo se s. ex.ª querará dizer agora alguma coisa a este respeito, declara que confia muito nas tendencias de s. ex.ª para attender ás indicações da justiça, está persuadido de que s. ex.ª ha de aceitar esta sua moção.

É admitida para ir á comissão.

O sr. Lobo d'Avila (sobre a ordem):—tinha pedido a palavra sobre a materia e tencionava fallar um pouco mais extensamente sobre esta questão, que reputa da mais alta importancia, mas como a discussão na generalidade se fechou com bastante rapidez, o que o privou de fallar então; como, com quanto tenha pedido a palavra sobre a materia em referencia aos artigos em discussão, que não pôde obter porque ha muitos senhores inscriptos sobre a ordem, tem fundados receios de que a discussão sobre elles se feche antes de se lhe dar a palavra, usou d'este expediente de pedir a palavra sobre a ordem sem intenção de abusar d'ella; e restringirá muito as considerações que tem a fazer.

O que se tem deduzido pela discussão é aquillo mesmo que *à priori* se tinha concluido do estudo das tabellas, quer dizer que as tabellas estão um pouco exageradas, em comparação das tabellas dos outros paizes, não fallando nas de Hespanha, que é das mais exageradas da Europa, que lhe parece que não devia ir ser procurada para typo no modelo do estabelecimento de uma contribuição; já porque o seu systema fiscal não merece ser modelo, já porque os meios que ali se empregam para obter o producto da contribuição são muito vexatorios.

Parce-lhe que a proposta que tem a mandar para a mesa concilia todas as que se têm apresentado, porque faz uma redução geral nas taxas das tabellas de 20 por cento.

Entende que com esta redução ainda as taxas ficam n'uma altura sufficiente para darem um producto muito alem do que existia actualmente.

Não reprova o pensamento do projecto, porque entende que a contribuição industrial da maneira por que estava estabelecida devia ser reformada, e por isso não pôde deixar de aceitar essa idéa; todavia não lhe parece que o modo por que ella se propoz, levado á execução, seja o mais conveniente.

Comparadas as nossas tabellas com a franceza vê-se que estão mais elevadas, e que principalmente nas ultimas classes 7.ª e 8.ª ha uma grande desproporção; e isso mesmo se nota quando se faça a comparação com as tabellas que se propozeram pela lei de 1845, que não chegou a approvar-se, e com as tabellas de outros paizes, como o Wurtemberg, a Baviera, o Piemonte e a Belgica.

Não pôde comprehendêr qual a razão por que existe a tabella A, e a parte 3.ª da tabella B, e não se incorporaram, mas como isto é mais uma questão de ordem do que outra coisa não insiste n'ella.

Observa que nos outros paizes se fazem mais excepções. É exceptuado o commercio dos productos feitos pelos proprietarios e rendeiros, porque se entende que já foram considerados pela contribuição predial; e não vê a razão por que sendo a agricultura a nossa principal industria se vá ferir por dois modos directamente. Também em alguns estados da Alemanha são exceptuadas certas profissões chamadas liberais, como o foram em França até 1850.

Não lhe parece que a distribuição dos gremios venha a produzir a resultado que se espera, quando ella não existe estabelecida por tal modo senão na Hespanha, porque deve haver difficuldades praticas em formar estes gremios, e mesmo o argumento de que servem para attenuar os inconvenientes do arbitrio enorme, que varia do quinto ao quintuplo, desaparece logo que para quiescer difficuldades se recorre á camara municipal ou á junta dos repartidores.

Não quer rejeitar o systema que se propõe, mas appella para a experiencia com pouca confiança.

Entende também que a agricultura não deve ser a unica a pagar: a industria, o trabalho e a renda debaixo de qualquer forma que se apresente deve igualmente pagar.

Entende que este principio é justo, mas é necessario que estas medidas não venham isoladas, e que se dêem á propriedade, á industria e ao commercio todas as condições que exige um bom regimen economico; e em referencia á propriedade vê que em quanto existir a amortisação, em quanto existirem os bens das corporações de mão morta com o caracter e natureza que têm, em quanto isto existir, a propriedade não pôde fornecer tanto. Em quanto a propriedade se achar vinculada de uma ou outra forma, ha de subtrair-se á acção do tributo.

Em quanto não vir atacar estas reformas de frente, não acredita na efficacia dos tributos, porque, quem quer pedir tributos ao paiz, pede a reforma das leis economicas para garantir a maior produtividade do elemento de trabalho e da riqueza.

Sabe que já ha uma proposta apresentada pelo sr. ministro da fazenda para a desamortisação dos bens dos conventos, cabidos e mitras, mas lamenta que seja incompleta.

É necessario também fazer a reforma das nossas pautas, e estabeleça-la de uma maneira racional.

Lastima que venham taxados em primeiro logar os proprietarios e rendeiros, que negociam em productos seus ou vendem productos seus, e entende que não deviam ser taxados por este methodo; assim como também lastima que certas industrias, propriamente agricolas, venham taxadas da maneira por que o estão, quando sobre essas mesmas industrias já recide outro imposto.

Manda pois para a mesa a sua proposta, que é a seguinte:

Propoção nas taxas das tabellas A e B uma redução de 20 por cento. = Lobo d'Avila = Sousa Pinto Bastos.

É admitida para ir á comissão.

Lê-se a ultima redacção do projecto n.º 20 que é approvada.

O sr. Moraes Soares (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:

Propoção a seguinte substituição á tabella A:

De 50 a 100 colmeas. . . . . 2\$000

De 100 para cima, por colmea. . . . . \$30

Do numero inferior a 50 nada se paga.

R. de Moraes Soares.

Idem á tabella B, classe 7.ª:

Manteiga (fabricante de manteiga) eliminada.

(Continuando) não se pôde oppor ao pensamento d'esta lei, porque ella significa a organização do imposto, e parece-lhe que não haverá ninguém sensato que se recuse a um pensamento d'esta ordem.

O imposto existe, e o que é necessario é organizá-lo, a questão é se a organização que se apresenta assenta sobre os verdadeiros principios economicos, e pela leitura do projecto e de todos os documentos que o acompanham, vê que, em regra geral, as theorias estão bem estabelecidas, mas parece-lhe que pontos ha em que não foram bem applicados, porque é principio geral da theoria do imposto que as industrias domesticas, as pequenas industrias, nunca se devem tributar.

Em Inglaterra tudo quanto é um rendimento inferior a 50 libras não paga imposto e n'este projecto não se adoptou este principio, porque se vão tributar industrias menores, vão-se tributar mesmo as industrias domesticas.

Está certo que a illustre comissão tem os melhores desejos, e tem feito todos os esforços para aperfeiçoar a sua obra, ella tem convidado os deputados a apresentar as suas propostas e parece-lhe por isso que ella adoptará todas as emendas que tendam ao aperfeiçoamento da mesma lei.

Vê que um homem que tem uma simples cavaladura ou um jumento é collectado como se tivesse trinta ou quarenta, e então parece-lhe que n'isto não ha igualdade, entende que de um certo ponto para baixo se devem excluir todas as industrias do imposto.

Não crê que o sr. ministro da fazenda e a comissão queiram fazer d'esta lei uma lei de dinheiro, trata-se da organização do imposto e essa organização deve ser feita sobre bases racionais.

Outro principio também economico é que o imposto nunca deve atacar o capital nem a totalidade do rendimento, e quando se vão tributar as industrias pequenas, ataca-se o capital.

Outro principio economico é que deve também acompanhar todas as leis, é que o imposto deve animar as bases e tendencias industriaes e o aperfeiçoamento de todas as industrias.

Ha uma industria que usa de um apparelho aperfeiçoado e outra que usa de um apparelho antigo: não se deve empregar esse imposto cegamente, assim como lhe parece, que o imposto em algumas cousas se duplica, e então o que se deve fazer é examinar se uma industria já está tributada, como por exemplo a venda do leite que lhe parece já estar tributada.

No paiz não ha industria de manteiga. Nós importamos todos os annos para cima de 400.000\$000 réis de manteiga, e em vista d'isto em logar de se votar um imposto sobre o fabrico da manteiga no nosso paiz, devia-se votar um premio. Ha certos ramos de industria da maior importancia e interesse e de que se deve promover o seu desenvolvimento, e uma d'estas era a industria da manteiga.

Faz estas singelas considerações para mostrar que n'esta lei deve haver muita philosophia e muita circumspecção. E pede ao sr. ministro da fazenda e á comissão que não façam d'esta lei uma lei de dinheiro, mas uma lei de regularisação do imposto industrial, assente sobre os verdadeiros principios economicos; pois que o imposto affectará muito todas as industrias quando não é lançado com moderação e não assenta sobre os verdadeiros principios economicos.

Termina mandando a sua proposta para a mesa. É admitida para ir á comissão.

O sr. Gomes de Castro:—na occasião da discussão da generalidade do projecto, em que tomou parte, dissera á camara que tencionava em occasião propria apresentar uma proposta relativa a certas taxas que vem designadas na tabella, e a occasião de o fazer era agora, e por isso apresentava a seguinte proposta:

Propoção que sejam eliminadas as seguintes taxas:

#### DA TABELLA A

1.ª Cera e mel (creador de), de cada cortijo de abelhas 50 réis.

#### DA TABELLA B

##### 7.ª CLASSE

1.ª Manteiga (fabricante de).

##### 8.ª CLASSE

1.ª Casulos (o que extrah a seda dos). = Gomes de Castro = Affonseca = A. de Gouveia Osorio = Antonio Pequeto Seixas de Andrade = J. T. Lobo de Avila = Sousa Pinto Bastos.

(Continuando) havendo certas produções agricolas que já tinham sido taxadas na contribuição predial, era injusto que o mesmo individuo na mesma posição fosse sujeito a dois impostos, e parece-lhe muito conveniente que a comissão fizesse uma nota declaratoria junto á lei, para que pela mesma produção se não fosse quotizado com dois impostos.

Quanto á manteiga já o sr. Moraes Soares dissera quanto convinha dizer.

Em relação á extracção das sedas dos casulos deve notar, que essa extracção é feita em toda a parte pelos proprios donos dos bixos de seda, e quando não seja feita pelos proprios proprietarios é feita por mulheres, principalmente na provincia de Trázos Montes, que vencem um salario muitissimo limitado, e por tanto entende que o imposto estabelecido na tabella para isto é um imposto muito duro. Além d'isto a industria da seda merece uma especial protecção no nosso paiz.

Quando se está concedendo a protecção a industrias de que se não tira resultado algum, não era muito que se desse antes á industria da seda que alguns resultados vantajosos tem apresentado; mas o que vê é que a industria da seda em logar de a protegerem a vão taxar muito pesadamente.

Ha duas sessões teve occasião de dizer, em relação a uma portaria do sr. ministro da fazenda, que considerava que essa portaria tinha por fim a execução da lei, mas que a havia considerado pouco politica. Esta sua opinião pareceu ao sr. ministro da fazenda ser digna de censura; s. ex.ª, porém, já dêra a este respeito as explicações que lhe podia exigir.

Mas como na imprensa se tem querido dar a esta sua opinião um sentido que se lhe não podia dar, não podia deixar de, por esta occasião, ratificar o que então dissera.

Declarára na camara, que se os recursos que houve sobre contribuição predial lhe tivessem passado pela mão, elle, orador, como fiscal da lei, não faria mais que cumprir a lei; mas entendera que o sr. ministro da fazenda, na occasião em que o fez, tinha sido pouco politico em mandar executar a lei, tanto mais que s. ex.ª estava convencido que a lei era injusta, e que a base, sobre que ella assentava, não podia admitir-se; portanto, pareceu-lhe pouco politico da parte de s. ex.ª mandar pôr em execução a lei.

Na imprensa tem-se desvirtuado completamente o sentido que tinha ligado ás suas palavras. Lamenta este facto, e lamenta-o tanto mais, quando os juizos, a respeito do que se passa na camara, são feitos por deputados, que muitas vezes, evitando-se ás discussões na camara, vão para a imprensa combater, de um modo menos exacto, as opiniões dos seus adversarios.

Disse, e repete, que o seu procedimento, como ministerio publico, seria fazer cumprir a lei; mas entendeu também que o conselho de districto tinha feito bem em não a pôr em execução, e tinha feito bem, porque o proprio sr. ministro da fazenda fora o primeiro que declarou, que a nossa lei sobre contribuição industrial assentava sobre uma base incorrecta. E acrescentava a isto que, não se tendo até aquella epocha posto em execução a lei, ainda o conselho de districto tinha feito muito bem em não tratar de executar n'aquella occasião.

Mas tendo o conselho de districto n'este caso feito bem em ir de encontro á opinião do sr. ministro da fazenda (e responde n'esta parte ao sr. Nogueira Soares), não significa que o conselho de districto seja uma corporação menos propria para intervir em materia de contribuições; porque a primeira qualidade que deve ter um ministro da fazenda, e mesmo aquella corporação, que tem por fim de lançar o imposto, é tratar, por todos os modos, de fazer com que esse imposto seja aceitavel, e para ser aceitavel é preciso que seja justo.

Quando o ministro diz, que a base do imposto é uma base injusta, entende que aquella corporação fez muito bem em lavar n'aquella epocha os accordios no sentido em que os lavrou.

O que é preciso é que não esqueça o que se passou a este respeito.

Julga que o procedimento da parte do sr. ministro da fazenda foi menos politico, e a prova que foi menos politico é que um mez depois appareceu uma portaria do sr. ministro do reino em que não fez outra coisa senão cantar a palinodia; uma portaria do sr. ministro do reino que foi quasi de joelhos pedir á camara municipal do Porto que perdoasse a energia excessiva e exagerada (O sr. Ministro da fazenda:—não diga isso, que não é assim), que a camara municipal tinha notado na portaria do sr. ministro da fazenda...

O sr. Presidente:—adverte o illustre deputado que o está dizendo não vem nada para a questão, e que só tem a palavra sobre a ordem para mandar para a mesa as propostas a que se referiu.

O Orador:—conclue porque já fez as observações que tinha a fazer sobre o modo menos exacto com que as suas palavras proferidas na camara foram apreciadas na imprensa; devendo declarar muito solememente, que os ataques que lhe possam fazer na imprensa não o tornam deputado faccioso de

modo que rejeite todas as medidas apresentadas pelo governo, nem o afrouxam do proposito em que está de censurar o governo todas as vezes que entenda que procede mal.

Manda as propostas para a mesa.

São admitidas e enviadas á comissão.

O sr. Belchior Garcez:—manda para a mesa a seguinte proposta:

Propoção que as tabellas a que se refere o artigo 3.º sejam reformadas do seguinte modo:

1.º Reduzidas á quarta parte todas as taxas fixas, tabella A, menos as relativas a empregados publicos.

2.º Reduzidas á quarta parte todas as taxas variaveis, tabella B, nas terras de 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ordem.

3.º Reduzidas á quarta parte todas as taxas estabelecidas na parte 2.ª e 3.ª.—B. J. Garcez.

(Continuando) parecerá de certo extraordinaria aos defensores do projecto, e, sobretudo, ao sr. ministro da fazenda, a proposta que apresenta, porque é um pouco forte a redução, mas isto procede do differente modo por que cada qual encara este negocio.

Os seus adversarios consideram o projecto unicamente pelo lado do dinheiro, e elle, orador, considera-o n'um ponto de vista muito diverso.

Considera que n'um paiz onde a industria vive á sombra de leis protectoras é inconsequente e absurdo o sobreccarrega-la com impostos; porque é dar-lhe com a mão direita o que se lhe tira com a mão esquerda, e fazer isto á custa do consumidor e á custa do paiz.

Não quer prejudicar os interesses sérios do thesouro, e que tanto os não quer prejudicar vê-se na sua segunda proposta.



do fazer lhes dá apenas 5 réis de feição! Isto é uma cousa horrível. Aquella mata-se para trabalhar, e não pôde tirar mais de tres ou quatro vinténs! Pede ao seu nobre amigo, relator da commissão, que também é da localidade onde existe esta gente em Guimarães, que sabe que isto é verdade, que aquella gente anda macenta, que se estraga e consome a sua saúde n'aquelle penoso e violento trabalho, sem lucro quasi nenhum, que attenda á situação d'esta desgraçadissima gente, a fim de que a taxa que lhes marca a tabella seja retirada, ou pelo menos radicalmente modificada, porque não a podem pagar; pede á commissão por humanidade, por compaixão, e emfim por justiça, que retire ou modifique muito e muito a taxa que vem designada na tabella para os fabricantes de objectos de ferro de pequenas dimensões (apoiados).

Quanto ao linho — não é possível que as pessoas, que preparam o linho na sua primeira procedencia, possam com a taxa que lhes é marcada, porque o lucro que tiram d'esse preparo é muito pequeno.

Quanto aos caixeiros — a taxa que vem marcada na 8.ª classe acha-se pesada, porque effectivamente vae recair sobre os rapazes que têm acabado o tempo e que no primeiro, segundo e terceiro anno não ganham mais de 5, 10, e 12\$000 réis. Não é tanto assim em relação aos outros caixeiros de escriptorio ou de fóra, pois que esses ganham maiores ordenados.

Vozes: — deu a hora.  
Pouco mais diria. Também queria fallar a respeito dos carros; mesmo que se designasse bem claramente na lei o que era alugador de carros; porque um lavrador que aluga um carro uma ou duas vezes por mez, em fim, que o aluga eventualmente, não pôde ser considerado como alugador de carros; e para evitar que esta pobre gente tenha qualquer conflicto com o escrivão de fazenda, seria conveniente que na lei se precisasse perfeitamente o que se entende por alugador de carros.

Quanto ás abelhas e ao mel — adopta a modificação proposta pelo sr. Moraes Soares. Desejaria antes que esta industria não fosse collectada, mas como isso encontrará obstáculos e não poderá ser, adopta a proposta a que alludiu. Conclue dizendo que collectem os zangãos que chupam o mel, e deixem livres as pobres abelhas que o fazem (apoiadas).

O sr. Presidente: — declara, que hoje ha sessão nocturna ás oito horas para continuação da discussão do projecto n.º 49, sobre o codigo de credito predial, e levanta a sessão. — *Erão quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 6 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Bramcamp, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Antonio de Albuquerque, Correia Caldeira, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Henriques Seco, Couto Monteiro, Pequeto, Fonseca Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues-Sampaio, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Castro Ferri, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, F. Coelho do Amaral, Gavião, F. P. Tavares, Soares Franco, Gaspar Pereira, Palma, Jacinto de Andrade, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Rebello Cabral, Castro Portugal, Araújo Mascarenhas, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, José Estevão, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Alarcão, J. Maria da Costa e Silva, Silveira e Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Aboim, Rebello da Silva, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Afonso, Marianno de Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Pedro Jacome, Roberto Charters, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, Ferreri, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

#### SESSÃO NOCTURNA DE 6 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

As nove horas e meia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 99 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração: Do sr. Plácido de Abreu, de que por motivo justificado não compareceu á sessão diurna de hoje. — Inteirada.

O sr. Presidente: — antes de tudo cumpre reparar uma falta que tem havido, que é de fôrfor juramento aos srs. Moraes Carvalho e Mello Soares, na qualidade de supplentes á presidencia e vice-presidencia da camara, e por isso convida estes dois srs. deputados a irem á mesa para prestarem juramento.

(Subiram á mesa os srs. Moraes Carvalho e Mello Soares, e ahí prestaram juramento como supplentes á presidencia.)

#### ORDEM DA NOITE

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO ESPECIAL

DO PROJECTO DE LEI N.º 49, SOBRE O CREDITO PREDIAL

O sr. Presidente: — na ultima sessão nocturna, em que se tratou d'este assumpto, approvou-se na generalidade este projecto de lei, e passou-se á discussão na sua especialidade; mandaram-se para a mesa algumas propostas, que foram enviadas á commissão, que já as appreciou, e sobre ellas emittiu o seu parecer, que já foi distribuido pelos srs. deputados. Continua por consequencia a discussão na especialidade do artigo 1.º do projecto.

O sr. Henrique Seco: — sustenta e manda para a mesa as seguintes propostas:

#### Propostas de natureza diversa

Art. 4.º Deve dizer-se, dão geralmente direito á preferencia.

Art. 5.º, n.º 1.º Deve dizer-se, que recebem unicamente sobre o valor dos fructos, rendas, bens moveis e semoventes.

Art. 5.º, § 1.º, n.º 2.º Devem omitir-se as palavras — da mesma especie.

Art. 7.º (antes do n.º 1.º) Deve acrescentar-se o seguinte numero: O credito por divida de fôros, censos ou pensões, relativos aos dois ultimos annos, e do corrente, na renda do predio urbano, com tanto que se achem registrados os respectivos titulos.

Art. 8.º (para depois d'elle) Acrescente-se este novo artigo: O credito por divida de fôros, censos ou pensões, que subsiste ao tempo da promulgação d'esta lei, conserva o privilegio immobiliario e mobiliario especial nos predios rusticos e urbanos respectivos aos fructos e rendimentos, sendo regulado dentro de tres mezes.

Art. 11.º, n.º 1.º Devo de camaras municipales, acrescente-se — e outros corpos do estado.

Art. 17.º, n.º 5.º Deve dizer-se, a propriedade e o usufructo.

Art. 38.º, n.º 4.º — Basta dizer — vinculos, ou somente — morgados e capellas.

Art. 68.º § 3.º — Adittamento — mas os predios vinculados serão sempre e precisamente medidos, sem o que só podem ser registrados como allodiaes.

Art. 84.º — Substituição — O registro continuará a ser feito perante os administradores dos concelhos e bairros nas cidades de Lisboa e Porto.

§ unico. Haverá porém um escrivão encarregado especial e exclusivamente de coadjuvar n'este serviço, e um ou mais amanuenses, conforme as necessidades do expediente.

Não se vencendo, inoponível este outro artigo: Estes cargos serão incompatíveis com quaesquer outros, que sejam retribuidos com ordenado ou gratificação.

São admittidas á discussão.

O sr. Pereira de Carvalho de Abreu (sobre a ordem): — sustenta e manda para a mesa as seguintes propostas:

Addittamentos ao artigo 17.º

N.º 7 — Os censos.

N.º 8 — O direito de remissão.

Propunho que a faculdade concedida ao devedor no artigo 21.º, quanto ás hypothecadas necessarias e mixtas, seja applicada ás hypothecadas voluntarias.

Emenda ao artigo 36.º

10.º O direito de remissão.

Propunho que se harmonize o § 1.º do artigo 43.º com o § unico do artigo 42.º

Propunho que o registro provisório de acções possa ser renovado no fim de cada anno, desde que for feito até sentença transitada em julgado sobre a causa, sempre que se mostre que a demora não foi motivada pelo autor.

Addittamento ao artigo 102.º

3.º Por auto de conciliação, testamentos e quaesquer outros instrumentos publicos.

Emenda ao artigo 134.º § 2.º

§ 2.º Se nenhuma pessoa apparecer para receber a citação, será esta feita pelos modos marcados em direito. — *Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu — Visconde de Pindella — Gaspar Teixeira de Sousa de Albuquerque e Lacerda.*

São admittidas á discussão.

O sr. D. José de Alarcão: — manda para a mesa as seguintes propostas.

Emenda ao artigo 84.º

Em cada concelho haverá um conservador do registro predial e um ajudante.

§ unico. Tal qual se acha.

Ao artigo 85.º

O logar de conservador do registro será provido nos administradores de concelhos. — O deputado, D. José Manuel de Menezes de Alarcão.

Emenda ao artigo 84.º caso não vigore a minha primeira proposta.

Nos concelhos em que a sua área seja a mais de cinco leguas, embora não seja sede de comarca, haverá um conservador que deverá ser o respectivo administrador do concelho. — O deputado, D. José Manuel de Menezes de Alarcão.

São admittidas á discussão.

O sr. Moraes Carvalho: — manda para a mesa as seguintes alterações ao projecto, que não sustenta visto terem de ir á commissão.

#### Titulo I

Artigo 1.º Os credores têm direito de ser pagos pelo preço da totalidade dos bens do devedor, presentes ou futuros. Esse preço será distribuido entre elles proporcionalmente, excepto quando haja causa legitima de preferencia.

Artigo 4.º Emenda:

Em logar das palavras — os privilegios, etc. — diga-se — os privilegios em regra, etc.

#### Titulo II

Artigo 5.º Substituição:

Os privilegios podem recair sobre o valor dos bens moveis, ou dos immoveis: consideram-se como moveis ou semoventes, e como immoveis, os moveis e semoventes, que por applicação permanente e necessaria lhes estiverem annexos.

§ unico. Os privilegios sobre moveis dividem-se em:

1.º etc. como no artigo.

2.º etc. idem.

Artigo 6.º

Harmonisar a redacção com a do artigo 5.º

Artigo 6.º n.º 3.º Substituição:

O credito por divida das sementes, que produzem os fructos, e de quaesquer despesas da sua cultura.

Art. 6.º § 2.º Substituição:

O privilegio de que tratam os n.ºs 3.º e 4.º d'este artigo, quando os objectos dos creditos foram applicados a immoveis, que possam ser especificados, restringe-se aos fructos respectivos; não sendo possivel a especificação o privilegio comprehenderá o valor dos fructos de todos os bens immoveis do devedor.

Art. 7.º Harmonisar a redacção com a do art. 5.º

N.º 2.º Onde se diz — moveis — acrescente-se — e semoventes —.

§ unico. Harmonisar a redacção.

Art. 8.º Harmonisar a redacção.

N.ºs 5.º, 6.º e 8.º Refundam-se no seguinte:

O credito de que tratam o art. 6.º n.º 1.º e 2.º, e o artigo 7.º n.º 1.º e 5.º, com relação aos tres annos anteriores aos que se acham mencionados nos mesmos n.ºs.

Art. 9.º acrescente-se — os creditos por beneficencias, que augmentassem o valor do predio.

Art. 10.º Hypothecas. Em logar de — necessarias, voluntarias e mixtas — diga-se — legais, convencionaes e judiciais.

Art.º 11.º Acrescente-se:

9.º A que tem o vendedor no predio vendendo, quando a verba é feita *habita fide de predio*.

Art. 17.º Acrescente-se:

Os censos.

As pensões.

Os direitos sobre immoveis.

Art. 18.º Eliminar as palavras — E efectiva fosse —.

Art. 22.º Acrescente-se — ou sobre o valor do predio renovado pelo segurador.

Art. 23.º Acrescente-se:

§ Os funcionarios e os seus fiadores são obrigados a declarar os bens immoveis que possuem (quando não houver restricção de hypotheca) e aquellos não poderão entrar no exercicio das respectivas funcções, sem que mostrem certidão que prove estar registrada a hypotheca.

Art. 38.º Acrescente-se:

Art.º O administrador dos bens onerados dentro de um anno depois de publicada a presente lei, ficará obrigado a pagar em dobro a respectiva contribuição de repartição em quanto não satisfizer aquelle dever.

Art. 62.º

Substituição ao § 1.º e 2.º O registro provisório da acção poderá ser reformado uma ou mais vezes com certidão, que prove que o litigio está em andamento.

§ unico. A annullação etc. (o § 3.º)

Art. 135.º Acrescente-se: 3.º Em nullidade da obrigação por ser constituída por menor ou interdito sem consentimento de quem deva prestar-lo, ou por pessoa casada sem consentimento do conjugue.

Art. 136.º Acrescente-se — não obstante quaesquer recursos, que não terão effeito suspensivo.

Art. 148.º, 149.º e 150.º Substituição — não havendo arrematante, proceder-se-ha em conformidade com o que determina, quanto ás execuções fiscaes, o decreto de 20 de outubro de 1852 no art. 1.º com exclusão dos seus §§.

Art. 183.º São garantidos os privilegios do banco de Portugal, e de qualquer outro estabelecimento, que por lei o tenha. O governo é autorisado a accordar com esses estabelecimentos o modo de dar a conhecer aos interessados se os individuos, que vão sujeitar os seus bens a hypothecas, têm ou não alguma responsabilidade para com os mesmos estabelecimentos. — *Moraes Carvalho.*

São admittidos á discussão.

O sr. Araújo: — ainda que julga que o projecto contém alguns defeitos, no seu fundo parece-lhe uma lei aceitavel, e que ha de trazer algumas vantagens ao paiz, e esse sem numero de demandas com que o foro está hoje lutando, se não desapparecerem de todo, pelo menos hão de diminuir muita. Felicitá pois o governo pela apresentação d'este projecto, e pela coragem que teve de abordar esta questão.

Pedi a palavra sobre a ordem para apresentar a seguinte proposta:

«Propunho que, sem prejuizo da discussão, a commissão dê parecer, ouvindo os srs. ministros da justiça e reino, sobre a conveniencia de dar as funcções de conservador, que se propõem, ao administrador do concelho, cabeça de comarca, ou ao delegado do procurador regio. — *Araújo Mascarenhas.*»

Esta proposta tende principalmente a chamar a attenção da camara, e do sr. ministro, sobre um ponto que merece ser discutido.

Todos sabem as circumstancias em que se acham as administrações do concelho, os poucos interesses que este cargo offerece, e parece-lhe que se deve aproveitar a occasião d'esta lei, para melhorar um emprego já existente, e não ir crear um emprego novo. Os emolumentos que se criam para os conservadores não são pingues, não lhes podem dar meios de viverem com decencia e independencia; hão de ficar empregados pobres e dependentes, como os administradores de concelho, e por consequencia ficam dois empregos mais, podendo-se aproveitar a occasião para fazer um bom, e d'este modo começava-se a tratar da reforma administrativa.

Quando esta idéa não agrade e se quizer subordinar ao ministerio da justiça necessariamente a materia de hypothecas, então commettam-se estas funcções aos delegados do procurador regio, e resolve-se assim até certo ponto a questão do ministerio publico, collocando os delegados nas circumstancias de serem completamente independentes dos juizes, que não o podem ser hoje, porque em quasi todas as comarcas advogam, e advogando estão de baixo da acção dos juizes.

A proposta é admittida á discussão.

O sr. Ministro da justiça (Mártenes Ferrão): — não discute n'esta altura o projecto, nem vê que seja agora a occasião de discutir a reforma administrativa, a judicial e a do ministerio publico.

E pecha, é costume do paiz, depois de se estar largo tempo sem se fazer uma certa ordem de reformas importantes em qualquer ramo do serviço publico, quando se apresenta uma reforma sobre uma especialidade, ligar a essa todas as reformas de todos os ramos, e querer-se ahí discutir e tratar todos os pontos que é necessario reformar em toda a escala da administração.

Não seguirá este systema, que por diversas vezes tem sido adoptado; nem mesmo lhe parece que a proposito de uma lei toda civil, toda de organização da propriedade, se possa mudar a organização do ministerio publico, a da administração, e a do poder judicial.

O que queria dizer é, que entende que a proposta apresentada pelo nobre deputado que acaba de fallar está nas circumstancias de seguir a marcha que têm seguido todas as outras propostas.

S. ex.ª apresenta a idéa de que as funcções, que são attribuidas aos conservadores, ou sejam aos administradores de concelho ou delegados do ministerio publico.

Não entra agora n'este ponto, porque, como a camara resolveu que todas as propostas fossem á commissão para serem consideradas, e depois d'isso discutir o parecer da commissão sobre ellas, n'essa occasião terá oportunidade de emittir a sua opinião a este respeito.

Entretanto com relação ás asserções, que o illustre deputado fez, de que o governo não apresentava medidas em que não creasse novos empregos, não pôde deixar de dizer, que nas propostas que apresentou ao parlamento tem em vista a regularidade do serviço e o estabelecimento de uma maneira conveniente para que possa dar os resultados que o paiz todo deseja: não se organisam ramos de administração sem se tocar no pessoal; e quando essas propostas vierem á discussão se ha de ver, que o augmento do pessoal que resulta da proposta em discussão, é compensado pela economia do pessoal que se propõe nas outras, economia que se estende á supressão de dois tribunales importantes no paiz.

O sr. Presidente: — a proposta a que o sr. ministro se referiu está admittida á discussão e ha de ter a mesma sorte que as outras.

O sr. Lopes Branco (sobre a ordem): — não comportando o regimento, a discussão e a hora, que se façam discursos, sente que a esta discussão se marcamse proporções demasiado acanhadas, em virtude das quaes não pôde ser permitido aos homens competentes, que ha n'esta casa, concorrerem com as forças que cada um tivesse, para que uma lei tão importante saísse com a perfeição com que podia sair.

A importancia do objecto recommendava, e a sua difficuldade impunha, que a discussão fosse tão ampla para os juriscultos como o foi a do caminho de ferro para os homens technicos, todavia ao passo que se deram dois mezes á illustre commissão para o estudar, aos deputados apenas se concederam tres dias!

Pede por isso licença para apresentar as suas emendas, substituições e addittamentos ao projecto, e a sua consciencia diz-lhe que se tivera mais tempo poderia fazer um trabalho melhor.

Limitando-se a estas considerações, manda para a mesa as seguintes propostas:

Emendas, addittamentos, e substituições

ao projecto de credito predial

TITULO I

Disposições geraes

Emenda ao artigo 1.º

Art.º Todo aquelle que se obrigar pessoalmente, por algum meio directo de constituir obrigação, ou por facto ou a que a lei a derive, deve satisfazer o encargo que contrahi, por todos os seus bens moveis e immoveis presentes e futuros.

Addittamentos

Art.º Os bens do devedor são o penhor commun de seus creditos, e o preço se distribue entre elles, quando não houver causa legitima de preferencia a favor de algum.

Emenda ao artigo 40.º

Art.º Os privilegios preferem ás hypothecas, e estas conferem o direito de preferencia entre ellas, conforme a sua natureza, e a ordem que lhes pertencer, mostrando-se uns e as outras devidamente registrados.

Continuam as emendas, addittamentos e substituições

TITULO II

Dos privilegios

Art.º O privilegio é o direito, que a qualidade do credito dá a um credor, de ser preferido aos outros credores, ainda mesmo que sejam hypothecarios.

Art.º Os privilegios podem ser exercidos, ou sobre bens moveis, ou sobre bens immoveis.

CAPITULO I

DOS PRIVILEGIOS SOBRE BENS MOVEIS

Art.º Os privilegios sobre bens moveis, ou são geraes, ou são especiaes sobre certos moveis.

#### SECÇÃO I

DOS PRIVILEGIOS GERAES SOBRE BENS MOVEIS

Art.º Os creditos privilegiados sobre os bens moveis em geral são:

1.º O credito por alimentos fiados, para sustento do devedor, e das pessoas da sua familia, durante os ultimos seis mezes.

2.º O credito dos honorarios de facultativos, e da importancia dos remedios para a ultima molestia do devedor, e de pessoas da sua familia.

3.º O credito das despesas feitas com o funeral de pessoa, a quem elle se devia fazer.

4.º O credito por soldadas e ordenados do ultimo anno e do corrente aos creados e quaesquer familiares.

5.º O credito de que trata o artigo seguinte n.º 7.º, relativamente aos annos anteriores aos ultimos dois.

6.º O credito de que trata o artigo seguinte n.º 8.º, relativamente a todos os annos anteriores ao ultimo.

7.º O credito de que trata o artigo seguinte n.º 9.º, relativamente aos nove mezes anteriores aos ultimos tres.

8.º O credito de que trata o artigo seguinte n.º 1.º, n.º 10.º e 11.º, relativamente aos atrasados que houverem, anteriores aquelles que ali têm credito privilegiado especial.

#### CAPITULO II

DOS PRIVILEGIOS SOBRE CERTOS BENS MOVEIS

Art.º Os creditos privilegiados sobre certos bens moveis são:

1.º O credito por divida de renda, damnificação causada pelo locatario, ou por qualquer encargo declarado no arrendamento de predio urbano, relativamente ao anno decorrido e ao corrente, sobre todos os moveis e utensilios que estiverem dentro da casa, ou que d'ella tiverem sido tirados por dolo, em qualquer parte aonde se acharem, até noventa dias;

2.º O credito por despesas de pousada em hospedagem, sobre os moveis que o devedor tiver dentro da pousada, estalagem ou hospedaria, em quanto ali se acharem;

3.º O credito sobre o penhor de que o credor esteja de posse;

4.º O credito das despesas feitas para a conservação da cousa;

5.º O credito no preço de bens moveis não pagos, em quanto estiverem em poder do devedor;

6.º O credito por despesas de transporte sobre os objectos transportados, antes de entregues ao destinatario;

7.º O credito por premio de seguro, relativamente ao ultimo anno e ao corrente, sobre a renda de predio urbano segurado;

8.º O credito por divida de fôros, censos e pensões, relativa aos dois ultimos annos e ao corrente, sobre os fructos dos predios onerados;

9.º O credito por divida de renda de predio rustico, relativamente ao ultimo anno e ao corrente, sobre os fructos do mesmo predio;

10.º O credito por divida de sementes, de jornaes, e por quaesquer despesas de cultura, relativamente ao ultimo anno e ao corrente, sobre os fructos dos predios respectivos;

11.º O credito por divida de seguro de predio rustico, sobre os seus fructos, relativamente ao ultimo anno e ao corrente.

#### CAPITULO II

DOS PRIVILEGIOS SOBRE BENS IMMOVEIS

Art.º Os credores privilegiados sobre os bens immoveis são:

1.º O vendedor do immovel vendido e não pago, para se pagar por elle, do preço pelo qual o vendeu; Se houver mais de uma venda successiva de que se não tenha pago o preço, o primeiro vendedor preferre ao segundo, o segundo ao terceiro, e assim por diante;

2.º Aquelle que tiver dado ou emprestado dinheiro para a compra ou aquisição do immovel, para se pagar pelo valor d'elle, contando que se prove authenticamente que a somma exigida foi dada ou emprestada para aquelle fim;

3.º O doador ou a pessoa a favor de quem a doação contiver uma condição sobre o immovel dado, contando que ella consista no pagamento de uma somma liquida, ou satisfacção de um encargo que possa liquidar-se;

4.º Os coherdeiros e legatarios para a entrega de seus quinhões hereditarios e dos legados sobre os immoveis da herança.

5.º O credor de despesas que foram feitas para conservação do immovel;

6.º A fazenda nacional sobre o immovel de que se lhe estiverem dev



reconhecidos por esta lei, como capazes de serem opostos a algum credor privilegiado ou hypothecario.

§ unico. Compreendese-se na disposiçao d'este artigo a fazenda nacional, as camaras municipaes e estabelecimentos publicos e de beneficencia, que tem pela presente lei garantida a hypotheca legal nos bens de seus responsaveis.

Art. O registro deve ser feito na administração do concelho em que forem situados os bens, sobre os quaes se acha constituído o encargo, que faz o objecto d'ella.

Proponho d'aqui em diante, como substituição, a legislação em vigor, pela qual é regulado presentemente o registro hypothecario nas administrações de concelho; e que se ponham em harmonia com ella as disposições dos capitulos d'este projecto na parte em que não lhe forem oppostos.

TITULO V

Das conservações do registro

TITULO VI

Das emolumentos

Em virtude da proposta antecedente, e da emenda anterior ao artigo 39.º do projecto, proponho a eliminação d'este dolo titulo; e um escrivão privativo junto de cada administrador de concelho para servir exclusivamente no serviço do registro das hypothecas.

Proponho a eliminação do titulo XI por ser materia que deve ser regulada no codigo civil, e que, em quanto á ordem do processo, se acha regulada na reforma judicial, por ser n'esta parte da competencia tambem do codigo do processo; e simultaneamente proponho que sejam eliminados dos titulos VII e seguintes todas as disposições que pertencem ao codigo civil.

Proponho mais a eliminação do titulo XII por ser de materia tambem que pertence ao codigo civil.

Proponho finalmente que o titulo XIII passe para o fim do capitulo IV do titulo XI, seguindo a ordem da numeração dos artigos d'aquelle capitulo, sem fazer materia para titulo nem capitulo separado. — *Lopes Branco.*

Proponho que todas as propostas de emendas, additamentos e substituições sejam remetidas á commissão; e que, dando esta sobre tudo o seu parecer, elle se imprima, juntamente com aquellas propostas, em separado, para depois entrar em discussão. — *Lopes Branco.*

São admittidas á discussão.

O sr. *Guilherme Pacheco*: — apresenta algumas propostas, e requer ao mesmo tempo que sejam convidados os sr. deputados para mandarem para a mesa quaesquer propostas que tenham a apresentar ácerca do projecto em discussão, que sejam remetidas á commissão para dar o seu parecer sobre ellas; e requer mais que se julgue discutida a materia do projecto sem prejuizo da discussão e votação do parecer que a commissão der ácerca das propostas que lhe forem presentes.

As propostas são as seguintes:

Art. 6.º

N.º 3. Que as palavras — ou somente ao anno corrente — se substitua pelas — e ao corrente —.

N.º 4. Que as palavras — ultimos tres mezes — se substitua pelas — ultimos seis mezes —.

Art. 7.º

N.º 2. Que depois da palavra — hospedaria — se acrescente — salvo se forem tirados por dolo, por que n'este caso ficam sujeitos por tres mezes ao privilegio em qualquer parte que forem encontrados —.

Art. 8.º

N.º 2. Que as palavras — não excedentes a seis mezes de duração — se substitua pelas — ou anteriores não excedendo a um anno —.

N.º 7. Que as palavras — nove, anteriores aos ultimos tres — se substitua pelas — seis anteriores aos ultimos seis —.

Art. 9.º

Que depois dos tres primeiros numeros se addicione um outro, nos seguintes termos: — N.º... Os creditos provenientes de legitimas dividas a menores, absentes ou interdictos.

E que ao § unico d'este mesmo artigo se acrescente um outro numero, pela forma seguinte: — N.º... Aquelles sobre que recahir as legitimas.

Art. 11.º

N.º 3. Que as prescripções d'este numero sejam estatuidas pela forma seguinte: — A que tem a mulher casada por escriptura dotal, nos bens do marido, para pagamento de todos os valores que constituam o seu dote, e deram entrada no casal.

Que depois do numero 7.º se addicione um outro numero nos seguintes termos: — N.º... A que tem o credor nos bens adquiridos com os valores que emprestou para a sua aquisição, sendo esta circumstancia expressa no respectivo titulo, e bem assim a do vendedor nos bens vendidos em quanto lhe não for pago o seu preço.

Art. 13.º

Que se eliminem as palavras — efectiva posse —.

Art. 24.º

Que as palavras — tutor, curador ou administrador — sejam substituidas pelas — conselho de familia —.

§ 1.º. Que depois das palavras — conselho de familia — se acrescente — na primeira reunião para que for convocado —.

§§ 6.º e 7.º. Que estes §§ sejam substituidos pela forma seguinte: — O escrivão do inventario, sob pena de suspensão de um a tres mezes, em seguida á deliberação pela qual o conselho de familia fixar o valor da hypotheca que fica onerando os bens do tutor, curador ou administrador, dará d'essa deliberação copia authentica ao mesmo tutor, curador ou administrador, a fim de ser convenientemente registada, no prazo marcado; e juntando ao mesmo inventario a respectiva certidão, sem a qual não concederá vista aos interessados, para dizerem sobre a forma da partilha, sob a pena já prescripta, na qual tambem incorrerá o curador apontando a partilha, sem junção d'essa certidão.

Que depois do § se addicione mais um outro nos termos seguintes: — §... O tutor, curador ou administrador, nomeado pelo pae, ou por outras pessoas, a quem por direito é concedida esta faculdade, fica isento do onus d'esta hypotheca.

Art. 28.º

Que depois das palavras — n.º 6 — se acrescente — e 8 —.

Art. 61.º

Que depois das palavras — fica extincto — se acrescente — salvo circumstancia independente da vontade do auctor —.

Art. 73.º

Que depois do n.º 6.º, se acrescente — N.º 7.º, testamento ou codicillo —.

Art. 167.º

Que depois da palavra — hypothecario — se acrescente — ou conciliação —.

Sala das sessões da camara dos sr. deputados em 6 de junho de 1860. — *José Guilherme Pacheco*, deputado por Paredes.

Admittidas para irem á commissão.

O sr. *Presidente*: — declara que não ha numero na sala, da ordem do dia de sexta feira a continuação da discussão do projecto n.º 45 sobre a contribuição industrial, e levanta a sessão. — *Eram onze horas e meia da noite.*

Relação dos sr. deputados que, na sessão nocturna de 6 de junho, estiveram presentes á chamada feita as nove horas e meia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho,

Braamcamp, Lacerda (Antonio), Antonio Eleuterio, Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Henriques Secco, Couto Monteiro, Fontes, Pequeto, Pinheiro Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Telles Pereira de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Sousa Azevedo, Palmeirim, Zelerino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Freitas Soares, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, Claudio José Nunes, Rebelo de Carvalho, Teixeira da Motta, Silva Cunha, Monsinho de Albuquerque, Folque, Fortunato do Mello, Bivar, Francisco Diogo de Sá, Costa e Silva, Gavicho, Chamico, Pinto Tavares, Soares Franco, Gaspar Teixeira, Carvalho e Abreu, Hermenegildo Blanc, Palma, Silva Andrade, Ferrão de Carvalho Martins, Minas, Mello Soares, Rebelo Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Noronha Menezes, Mamede, Coelho de Carvalho, Faria Guimarães, Sousa Pinto Basto, Encarnação Coelho, Neutel, José Estevão, José Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chiripiano da Fonseca, Alarcio, José Maria da Costa e Silva, Latino Coelho, Frazão, Ponte e Horta, Silveira Menezes, Nogueira, Julio do Carvalho, Aboim, Luiz Albano, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Luiz Pinto Tavares, Alfonsca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Mariano Feio, Marquez de Sousa Holstein, Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Pedro Roberto, Placido, Menezes Pitta, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, visconde de Pindella.

Proposta de lei concedendo uma pensão á baroneza das Lages, viuva do barão do mesmo titulo, apresentada pelo sr. ministro da guerra, em sessão de 4 do corrente.

Senhores. — Por decreto de 24 de março ultimo, junto por copia, foi concedida a D. Maria José Pereira Cabral, baroneza das Lages, em attenção aos serviços prestados por seu fallecido marido o coronel, que foi, do regimento de infantaria n.º 18, José Teixeira de Mesquita, barão do mesmo titulo, a pensão annual e vitalicia de 300\$000 réis, com supervivencia para sua filha D. Anna Benedicta Teixeira Cabral de Mesquita, caso que esta, ao tempo do obito de sua mãe, se conserve ainda no estado de solteira; e achando-se a confirmação d'esta mercê dependente do poder legislativo, submetto á vossa aprovação o dito decreto, em conformidade com o disposto no § 11.º do artigo 75.º, capitulo 2.º, titulo 5.º da carta constitucional da monarchia.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 23 de maio de 1860. — *Visconde da Senhora da Luz.*

Proposta de lei concedendo uma pensão aos filhos do conde das Antas, apresentada pelo mesmo sr. ministro e na mesma sessão

Senhores. — Por decreto de 2 do presente mez, junto por copia, foi concedido a Francisco Xavier da Silva Pereira, segundo conde das Antas, e a Fernando Xavier da Silva Pereira, filhos do fallecido tenente general conde das Antas, a pensão annual de 720\$000 réis, quantia correspondente a metade do soldo da patente de seu pae, a qual será por elles dividida em partes iguaes, percebendo portanto cada um a somma de 360\$000 réis até chegar á sua maioridade; em attenção aos relevantes serviços prestados pelo sobredito tenente general; e estando a confirmação d'esta mercê dependente do poder legislativo, submetto á vossa aprovação o dito decreto, na conformidade com o disposto no § 11.º do artigo 75.º, capitulo 2.º, titulo 5.º da carta constitucional da monarchia.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 8 de maio de 1860. — *Visconde da Senhora da Luz.*

Proposta de lei concedendo uma pensão á viuva do segundo sargento reformado addido á 3.ª companhia do 1.º batalhão de veteranos Joaquim Pereira da Silva, apresentada pelo mesmo sr. ministro e na mesma sessão

Por decreto de 14 de fevereiro do anno proximo passado, junto por copia, foi concedida a Anna Rita Pereira, viuva do segundo sargento reformado addido á 3.ª companhia do 1.º batalhão de veteranos, Joaquim Pereira da Silva, a pensão de 120 réis diários, em attenção aos serviços prestados pelo fallecido marido da agraciada, que foi gravemente ferido na acção de Almoiteir em 18 de fevereiro de 1834, e morreu victima da febre amarella; e estando a confirmação d'esta mercê dependente do poder legislativo, submetto á vossa aprovação o dito decreto, em conformidade com o disposto no § 11.º do artigo 75.º, titulo 2.º do capitulo 5.º da carta constitucional da monarchia.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 15 de maio de 1860. — *Visconde da Senhora da Luz.*

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Leiria. — Segundo diz uma folha da capital, parece que apparecerá brevemente n'esta cidade um novo jornal politico, o qual se publicará todas as semanas.

Aveiro. — O *Campo das Provincias* de 2 do corrente publica as seguintes noticias agricolas com relação a este districto:

As ceareas apresentam bom aspecto, as de trigo estão geralmente boas, e promettem uma produção regular, e do mesmo modo as de centeio; as de cevada é que soffreram logo no começo, e é de crer que a colheita seja mediocre; as sementeiras de milho temporão tẽem-se feito em boas condições e apresentam optima apparencia. O tempo continua bom para as sementeiras serodias.

Em quanto ás vinhas a vegetação está boa e a nasçena é mediana; o *oidium tuckeri*, se ainda não desapareceu de todo, é com tudo mais benigno, havendo fundadas esperanças de que a produção vinicola seja não só abundante, comparada com a dos annos anteriores, como tambem saborosa.

A florescencia das oliveiras está excellente, ainda que em alguns pontos se vae notando um pouco mais a ferrugem. Os pomares de carço estão tambem menos maus. Os de espinho acham-se em mau estado em consequencia das geadas, que os tẽem queimado, e por effeito da molestia peculiar a esta especie vegetal.

Barcellos. — O *Bracarense* dá conta em um dos seus ultimos numeros, de que n'um dos dias da semana que findou em 28 de maio proximo passado um pobre lavrador da freguezia de Sant'Iago de Sequiedo, d'este concelho, tendo ido com sua mulher para os trabalhos agricolas, deixou em casa um filho de dois annos de idade dormindo no berço o somno da innocencia. Porém julgou-se da sua dor e pungente afflicção quando, no regresso ao seu lar, encontraram a infeliz creança esquarterada por um porco que se tinha introduzido na casa!

Sirva este horrivel acontecimento de lição aos paes que descuidam vigiar os filhos que não sabem nem podem fugir dos perigos.

Estremoz. — No dia 27 do passado chegou a esta villa, diz o *Transtago*, e marchou no dia seguinte para Castello Branco, um contingente do regimento de cavallaria n.º 8, conduzindo 81 cavallos, que recebeu em Evora para remonta d'aquelle corpo. Ouvimos a entendedores elogiar a qualidade dos animaes, e entre elles disseram-nos que iam alguns de grande preço.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 4 do corrente, e de Paris até ao 1.º

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Napoles, 3 de junho. — No dia 1.º do corrente, uma divisão de 4.000 revoltosos, com artilheria, atacou Catania, e foi vigorosamente repellido pelo general Crasy, á frente de tropas de lanceiros, de caçadores e de artilheria, as quaes derrotaram os revoltosos, tomando-lhes tres peças de artilheria e duas bandeiras, depois de um fogo que durou oito horas.

A cidade foi declarada em estado de sitio.

A columna do general Afan de Rivera, que veio em auxilio das tropas reaes, não chegou a tomar parte na acção.

Paris, 2. — Consta das ultimas noticias da Sicilia, que o governo napolitano pediu a intervenção dos representantes das potencias, para que Garibaldi se não opponha a que os 25.000 homens de tropas reaes se retirem de Palermo, com as honras de guerra e sem deporem as armas.

A esquadra napolitana suspendeu o bombardeamento, graças á intervenção dos consules francez e inglez. A luta foi das mais encarniçadas, e morreram não só muitos soldados como tambem gente do povo.

Diz-se que o filho de Garibaldi foi ferido.

As correspondencias de Genova desmentem a noticia da morte de Nino Bixio.

A cidade de Agrigento pronunciou-se a favor de Garibaldi.

Em Napoles tẽem havido manifestações a favor de Garibaldi e de Victor Manuel.

A capitulação entre Lanza e Garibaldi foi assignada a bordo do navio inglez *Amiral*. Os 25.000 soldados poderão sair de Palermo com as honras de guerra, e embarcar o seu material na esquadra napolitana.

Paris, 2. — O governo demittiu um commissario de policia por se ter excedido nas instrucções que recebera relativamente á suppressão do folheto *Os Antigos Partidos*.

Vienna, 2. — O imperador recebeu os membros do conselho do imperio, e por essa occasião leu um discurso annunciando projectos de reformas importantes.

O quartel general austriaco continua a estar em Verona, porém foram transferidas para Labach as officinas de administração.

Londres, 2. — As operações da guerra da China devem ter já começado, porque se confirma a noticia da guerra.

Vienna, 3. — O *Post-Deutsche-Post* publica um despacho de Constantinopla com a noticia de que os embaixadores da França e Russia declararam oficialmente que estão plenamente satisfeitos com o inquerito a que o sultão mandou proceder, ácerca da situação dos christãos no Oriente.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Paris, 2 de junho. — O imperador e a imperatriz partiram hontem para Lyon. As dez horas desembarcou em Marselha a imperatriz (mãe) da Russia. A noite todos regressaram a Paris.

O principe Jeronymo vae melhor.

Berlin, 1. — Dizem as correspondencias de Cassell, que o *Boletim das Leis* da Hesse Eleitoral publica uma nova constituição para este estado.

Londres, 2. — Dizem as correspondencias de New-York que a convenção republicana de Chiago nomeou Lincoln candidato para a presidencia.

Em Londres organou-se uma commissão para defeza da constituição, e publicou-se um folheto contra a inferencia inconstitucional da camara dos lords nas decisões da dos communs.

Paris, 2. — A *Patrie* de hoje publica diferentes despachos de Napoles com a noticia de que teve lugar uma capitulação entre o general Lanza e Garibaldi. N'esta capitulação estipulou-se que o exercito napolitano, que se compõe de 25.000 homens, deverá sair de Palermo com as honras de guerra, podendo embarcar o seu material nos navios napolitanos.

Paris, 3. — O *Moniteur* publica um despacho telegraphico de Napoles com a noticia de que a pedido do general Lanza se concluiu um armisticio. As tropas napolitanas concentraram-se no palacio real e no castello, e Garibaldi pediu a evacuação d'estas posições.

As correspondencias de Napoles, datadas de 29 de maio ultimo, dizem que o bombardeamento e a insurreição de Palermo tinham produzido n'essa capital grande agitação. A luta foi tão terrivel e encarniçada, que até muitas mulheres tomaram parte no combate.

AUSTRIA

A *Gazeta de Colonia* desmente a noticia de um recente tratado de alliança offensiva e defensiva entre os gabinetes e de Vienna de Napoles. «No fim do anno de 1859, diz o jornal allemão, concluiu-se entre a Austria, Napoles e a santa sé, uma convenção d'este genero, que tinha por objecto manter o *status quo* na Italia, porém julgamos desnecessario dizer que actualmente essa convenção não pôde ter consequencias praticas.»

A imprensa austriaca continua atacando a Russia por causa das propostas feitas por esta potencia relativamente á situação dos christãos na Turquia. O *Ost-Deutsche-Post*, e a *Gazeta Austriaca* negam á Russia, bem como ás outras potencias, o direito de interverem nos negocios interiores do imperio otomano.

Dizem as correspondencias de Londres, que tẽem mediado frequentes communicações entre lord John Russell e o governo francez, tanto por intervenção do conde de Persigny como de lord Cowley, a fim de se chegar a um commum accordo em vista dos acontecimentos que podem resultar da expedición de Garibaldi. Até hoje, porém, todas as tentativas tẽem sido baldadas.

(*La Correspondencia de Espana*.)

PRUSSIA

Alguns jornaes estrangeiros discutem actualmente o sentido exacto de algumas das palavras pronunciadas pelo principe regente da Prussia, por occasião do encerramento das camaras prussianas. A questão versa sobre se o principe fallou da attitudina da Alemanha em vista de acontecimentos imminentes ou de acontecimentos futuros, ou, como a principio se traduziu, de acontecimentos que se preparam.

Parece porém que o principe regente alludiu apenas aos acontecimentos que de futuro possam surgir. É o que se depreheende tambem das palavras que sua alteza pronunciou, quando ultimamente assistiu á inauguração do caminho de ferro de Trèves a Sarbrouck. Eis a resposta dada pelo principe regente ao brinde proposto, por um conselheiro municipal, ao rei, ao principe regente e a toda a familia real:

«Aceito com alegria e reconhecimento a expressão da vossa dedicacão, e estou convencido de que o sentimento expressado n'esta occasião pelo orgão da cidade de Trèves, é o de todos os seus habitantes, assim como o de todos os cidadãos da provincia rhena e de todo o reino. Tenho tambem a convicção de que este sentimento se conservará pela mesma forma, sejam quaes forem as vicissitudes que possam surgir, e que, sobretudo, nenhum habitante

de Trèves duvidará da minha benevolencia particular por esta cidade...»

(*La Presse*.)

Segundo affirmam alguns jornaes francezes, no proximo mez de julho deve ter lugar em Koenisberg uma entrevista entre o principe regente da Prussia e o imperador da Russia.

(*La Correspondencia de Espana*.)

RUSSIA

Como prova da amizade que hoje existe entre o imperador da França e o da Russia, dizem as correspondencias de Paris que o principe Dogolowski escreveu um extenso folheto contra o governo russo; e como o não pôde imprimir no imperio russo, partiu para Paris, e n'esta cidade o folheto foi impresso, porém os exemplares d'elle não poderam circular, porque a obra foi desde logo prohibida.

(*La Correspondencia de Espana*.)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INSTITUTO D. LUTIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO 6				
	Millimetros	Gráus C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,54	17,5	51,7	NNO.
3 t.	756,19	19,1	47,5	N.

DIA 5.

Maxima — temperatura .....	20,2 C.
Minima .....	13,1 »
Ozone (de noite) .....	6,0
Ozone (de dia) .....	5,0
Chuva (milimetros) .....	0,0 MIL.
Evaporação (vaporimetro) .....	9,4 »
Altura barometrica correcta .....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra .....	

TELEGRAPHIA AUTHOGRAPHO-ELECTRICA

Vê-se todos os dias multiplicarem-se inventos com o fim de aperfeiçoar e engrandecer as applicações maravilhosas da telegraphia electrica. Com similhante fim foram recentemente examinadas reproducções de uma fidelidade espantosa, obtidas por meio de tinta ordinaria, de desenhos, planos, e modelos de escripta, por mr. Magna, engenheiro mechanico. O apparelho com que foram obtidas não tem nada de novo como principio; todo o seu merito consiste em dar resultados praticos susceptiveis de serem utilizados em grande numero de circumstancias. Compõe-se de dois apparelhos distinctos, o transmissor e o receptor, cujas disposições são analogas ás dos tornos com que se abrem as roscas dos parafusos. Alem d'estas combinações de detalhe do mechanismo, é notavel no apparelho um orgão especial, que tem por fim conservar o synchronismo dos movimentos: é o orgão regulador.

O transmissor consiste: 1.º, n'um cylindro revestido de uma folha condutora de lamina de estanho, sobre a qual se tenha tracado com tinta isoladora, antes de a enrolar, o despacho ou desenho que se quer reproduzir; 2.º, n'um ponteiro de cobre conduzido por um parafuso paralelo ao eixo, de uma a outra extremidade do cylindro durante a sua rotação, de maneira a formar uma linha helicoidal de um passo muito fino; 3.º, n'um systema de relógio que põe tudo em movimento.

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Nota do assucar despachado para consumo, no mez de maio de 1860

PORTOS D'ONDE VEIU	REFINADO			NÃO REFINADO		
	PESO	DIREITOS	VALORES	PESO	DIREITOS	VALORES
Amsterdam .....	489	29\$340	55\$000	—	—	—
Bahia .....	—	—	—	342\$844	10\$246\$324	23\$407\$000
Cabo Verde .....	—	—	—	44\$158	—	3\$080\$000
Hamburgo .....	227	11\$350	27\$000	—	—	—
Liverpool .....	—	—	—	30\$709	921\$270	1\$810\$000
Londres .....	7\$916	395\$500	870\$000	4\$450	133\$500	280\$000
Marselha .....	—	—	—	83\$792	—	220\$000
Mauricias .....	—	—	—	138\$851	4\$195\$590	9\$405\$000
Paris .....	—	—	—	29\$413	882\$390	1\$739\$000
Pernambuco .....	119	5\$950	10\$000	637\$861	19\$135\$830	39\$805\$000
Rio de Janeiro .....	—	—	—	41\$640	1\$249\$200	2\$815\$000
	8\$751	442\$440	962\$000	1\$273\$218	86\$891\$962	82\$671\$000

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Nota do preço dos seguintes generos, na semana finda em 3 de junho de 1860

CLASSE DA PAUTA	AMENDOAS				ALFAR-ROBA	MOS-TARDA	PASSAS	
	MOLAR	CÔCA	MIOLO	DURASIA			AMERICA	PERA
	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARRÓZA	ALQUEIRE	ARRÓZA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARRÓZA
Classe 5.ª .....	800	1\$000	3\$200	500	240	800	400 e 500	2\$000

Postura da Ribeira Velha, em 4 de junho de 1860. — O chefe, *João Maria Froment de Abreu*.

Mappa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 30 de maio

DESTINO	VITELLAS				FIGURAM EXISTENDO			
	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS
Existiam .....	30	18	48	—	13	13	38	23
Entraram .....	306	113	419	40	14	54	426	—
Mortos .....	313	113	426	40	15	55	410	—
Reprovados .....	—	—	—	—	—	—	—	—

N. B. Foi a enterrar uma rez do marchante Joaquim Franco



